

alameda

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

GRANDES PROJECTOS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Conimbriga

Tongobriga

Mesas do Castelinho

Alcalar

Herdade dos Perdigões

Vale do Côa

O Povoado Tardo-Republicano
do Monte dos Castelinhos

Dinâmica Urbana
da zona ribeirinha de Faro

Minimizar em Arqueologia
um novo rumo?

IIª Série n.º 16
Dezembro 2008
10 euros



CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

O Parque Arqueológico do Vale do Côa

13 anos depois da sua criação

r e s u m o

Conjunto de textos sobre o projecto de investigação, salvaguarda e divulgação do Património promovido pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa (Guarda). O Parque foi criado em 1996, na sequência da identificação de importantes manifestações de arte rupestre paleolítica e proto-histórica, entretanto classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO (1998).

p a l a v r a s c h a v e

Arte rupestre; Pré-História; Proto-História; Vale do Côa.

a b s t r a c t

Set of texts about the Côa Valley Archaeological Park (Guarda) Heritage research, protection and dissemination Project.

The archaeological park was established in 1996, following identification of important Palaeolithic and Proto-Historic Rupestral Art, meanwhile classified as World Heritage by UNESCO (1998).

k e y w o r d s

Rupestral art; Prehistory; Proto-History; Côa Valley.

r é s u m é

Ensemble de textes sur le projet de recherche, sauvegarde et divulgation du Patrimoine promu par le Parc Archéologique de la Vallée du Côa (Guarda).

Le Parc a été créé en 1996, à la suite de l'identification d'importantes manifestations d'art rupestre paléolithique et protohistorique, entretemps classifiées comme Patrimoine de l'Humanité par l'UNESCO (1998).

m o t s c l é s

Art rupestre; Préhistoire; Protohistoire; Vallée du Côa.

por Alexandra Cerveira Lima

Parque Arqueológico do Vale do Côa
(acerveira@plima@sapo.pt).

Neste artigo, que com muito gosto preparamos para a Revista *Al-Madan*, procuramos dar conta de alguns aspectos essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), tomando como foco o seu ponto de chegada, 13 anos depois da sua criação: **o conhecimento produzido sobre a arte rupestre e os contextos arqueológicos com ela relacionáveis; a relação com o público visitante, com as comunidades residentes no Parque e as comunidades da região e, bem assim, as questões que se prendem com a conservação e ordenamento do território.** Sendo um trabalho de equipa, o artigo é escrito a várias mãos, e nele se expressam as actividades de todos os colaboradores do Parque, autores e não autores.

O texto inicia-se com a **arte rupestre**. O seu conhecimento foi essencial, num primeiro momento, para se avaliar a dimensão e magnitude do Património em causa. Nos últimos dois anos têm-se desenvolvido trabalhos com a finalidade de apresentar a arte no Museu do Côa. A equipa coordenada por António Martinho Baptista conta com três arqueólogos. A mão do desenhador Fernando Barbosa tem sido fundamental para que os levantamentos da arte do Côa reproduzam fielmente a grande mestria de traço dos caçadores-artistas do Paleolítico Superior.

É esta equipa que, juntamente com Thierry Aubry e Jorge Sampaio, que estudam no Côa **a ocupação humana datável do Paleolítico Superior**, produziu no último ano e meio conteúdos para o Museu do Côa, cuja museologia e coordenação da obra foi conduzida a partir da tutela do Parque, em Lisboa.

O Parque do Côa revelou-se, às mãos destes investigadores, um repositório de informação, guardando um importantíssimo registo arqueológico coevo da arte rupestre, sabendo-se hoje que o seu subsolo é porventura mais rico do que o que avulta ao rés da terra, e que ditou a classificação como Património mundial. A rocha 1 do Fariseu, com uma arte muito bem preservada e sedimentos arqueológicos com ela relacionáveis é, a este nível, paradigmática.

Se esta dimensão do conhecimento sobre a arte e a ocupação humana coeva foi essencial para delimitar o território do Parque, definir a área a classificar e criar conteúdos para a divulgação do Património, preparar a visita pública e o Museu do Côa, é consabido que a gestão e ordenamento de uma área protegida, seja ela parque arqueológico ou natural, assenta num profundo conhecimento do território, da formação da paisagem, do Património que guarda, sem o qual as opções de protecção, divulgação, valorização e fruição não têm fundamento nem alicerce. Uma vez aberto o Museu,

Sumário

1. O Parque Arqueológico do Vale do Côa

13 anos depois da sua criação | Alexandra Cerveira Lima, pp. 124-131

1.1. Dos Principais Ciclos Rupestres: balanço breve | António Martinho Baptista, pp. 126-139

1.2. Tempos e Territórios Paleolíticos no Vale do Côa: balanço e perspectivas da investigação do contexto arqueológico da arte | Thierry Aubry e Jorge Davide Sampaio, pp. 133-137

2. Salvaguarda e Ordenamento do Território

2.1. A Arte do Côa e o Ordenamento do Território | Luís Luís, pp. 137-139

2.2. Perspectivas futuras na Conservação da Arte do Côa | António P. Batarda Fernandes, p. 139

3. O Côa, as Comunidades Residentes e o Público Visitante

3.1. As Visitas Regulares | Aldina Regalo, Alexandrina Afonso e Martine Guindeira, p. 140

3.2. Diversificação das Visitas | André Tomás Santos, António Jerónimo e Dalila Correia, p. 140

3.3. Actividades Educativas | Marta Mendes, pp. 141-142

3.4. O Projecto "Côa na Escola" e a ocupação das férias escolares | Rosa Jardim, p. 142

3.5. Dinamização Cultural junto da comunidade |

Jorge Davide Sampaio e Rosa Jardim, p. 143

4. Os Tempos do Vale do Côa | Luís Luís, p. 144

5. Bibliografia geral | Pp. 143-145

Leia ainda, na  [www.almodon.pt]

A Relação Entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local: balanço de uma década | António P. Batarda Fernandes et al.

promulgado o Decreto Regulamentar e encerrado assim o ciclo de criação do PAVC (desde o primeiro momento os responsáveis, e desde logo João Zilhão, decidiram que, para uma cabal divulgação, era essencial a construção de uma estrutura desta natureza), é decisivo que a investigação permaneça e se aprofunde, com recursos humanos do Parque Arqueológico, ainda que funcionem em boa medida como impulsionadores e facilitadores do trabalho de investigadores externos que aqui queiram desenvolver trabalhos.

Profundamente articulado com esta dimensão do conhecimento está o **ordenamento do território**. Como bem foca Luís Luís no texto que preparou, o Parque, que a legislação prevê que seja criado à maneira dos parques naturais, através da promulgação de um Decreto Regulamentar de criação que lhe definirá área, propósitos e condicionantes, não foi criado nestes últimos quatro anos por falta de decisão política para o efeito. Daqui resulta uma incapacidade para promover o ordenamento e disciplinar actividades e usos do território, e uma fragilidade enquanto interlocutor local. O decreto em causa estipulará o prazo

para a elaboração do plano de ordenamento que será, naturalmente, um instrumento importante para a conservação, utilização e fruição equilibradas do território.

De toda a maneira, o Parque monitoriza regularmente o território, isto é, em saídas regulares, atenta aos usos que se vão fazendo do mesmo, particularmente dos núcleos classificados. Foi também criada, ainda no tempo do ex-Instituto Português de Arqueologia, uma Extensão Territorial do Parque que desenvolve, nos quatro concelhos que abrange (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa), as funções no âmbito da Arqueologia desempenhadas pelas outras Extensões do país, hoje dependentes do IGESPAR.

Se ao Parque compete gerir e conservar o Património arqueológico à sua guarda – e, neste âmbito, assume relevância o programa de conservação da arte rupestre –, a **divulgação e colocação em visita pública da arte rupestre** são dimensões que lhe foram também consignadas desde a sua criação. É aliás esta componente, a visita pública, que tem trazido frequentemente o Parque para as páginas dos jornais em notícias e comentários que assumem,

por vezes, contornos desproporcionados, decorrentes do desconhecimento ou de uma opção propagandística.

Desde a sua criação que o Parque assenta a visita pública em três pilares fundamentais: o respeito pelo Património arqueológico e a paisagem; a qualidade da visita, personalizada e com um tempo médio que oscila, para cada núcleo de arte, entre 1:30 horas e três horas; o acompanhamento permanente por parte de um guia que conduz o visitante até ao rio Côa e aos painéis gravados que o marginam, ajudando a interpretar uma arte que apresenta dificuldades de leitura. O número de visitantes é, assim, estreitamente dependente do número de guias disponíveis, hoje apenas nove assegurando visitas e recepções em três postos (a sede e os centros de recepção de Castelo Melhor e Muxagata). De facto, o Parque encerra para as visitas regulares do público às segundas-feiras, mas mantém os serviços administra-

tivos, de gestão e educativos abertos, pelo que só encerra as suas portas quatro dias no ano. Com menos sete guias do que aqueles de que dispunha nos primeiros anos da sua criação, a procura por parte dos visitantes tem excedido largamente a oferta. Os visitantes que fazem visita mostram, nos inquéritos de satisfação que têm ► 127

A sua criação e a visão dos dirigentes à época estão amplamente tratadas em bibliografia que pode ser encontrada no site do Parque (<http://www.ipa.min-cultura.pt/coa/>).

André Tomás Santos, que tem dado um importante contributo, nomeadamente na produção de conteúdos para o Museu do Côa, e é autor de um capítulo do último livro saído à estampa sobre a arte do Côa (Edições Afrontamento e PAVC / IGESPAR); Mário Reis, a quem tem estado cometida a prospeção sistemática da arte; Dalila Correia, que colabora na investigação e tem produzido desenhos e outros materiais necessários para o Museu. Colaboraram também, no âmbito do extinto Centro Nacional de Arte Rupestre, João Félix, essencialmente na prospeção, Manuel Almeida, prospeção e fotografia, Marcos Garcia Diez, investigação, e Rosa Jardim, desenho, entre outros colaboradores mais esporádicos.

Até há muito pouco tempo com António Batarda, recentemente com Mário Reis, em articulação com Luís Luís. Coordenado por António Batarda.

Sabemos que, com o regime legal de folgas, férias e licenças, e a rotatividade de uma escala (obrigatória, dado que o Parque não fecha aos fins-de-semana), só uma parte dos guias pode assegurar o serviço aos sábados e domingos, exactamente os momentos de maior procura.

Dos Principais Ciclos Rupestres balanço breve

António Martinho Baptista [P AVC, ambaptista@me.com]

Para o Mário Varela Gomes de 1995,
com quem partilhei o tempo das descobertas do Côa

1. Identificação: histórico

O Vale de Canivães (ou Vale da Casa), na margem esquerda do Douro, muito perto da foz do Côa, foi o primeiro sítio com arte rupestre identificado na região do Baixo Côa / Douro, em 1982 (BAPTISTA 1983). Foram então inventariadas e estudadas 23 rochas decoradas, maioritariamente em superfícies xistosas dispostas na horizontal, disseminadas num amplo terraço que marginava o Douro, e que desde 1983 se encontra submerso pelas águas da barragem do Pocinho.

A grande maioria da sua arte rupestre foi então atribuída à IIª Idade do Ferro (BAPTISTA 1983). Aqui foram na altura também identificados alguns painéis com arte rupestre calcolítica e da Idade do Bronze, para além de algumas expressivas gravuras de tempos mais recentes, estas dispersando-se até junto da foz do Côa.

O encerramento das comportas do Pocinho, em inícios de 1983, fez subir o nível das águas nos últimos quilómetros do Côa, submergindo então inúmeras gravuras da Idade do Ferro, mas também algumas paleolíticas (dos períodos I e II do Côa), de que hoje se conhecem bem as da Canada do Inferno, onde as águas subiram cerca de 12 metros, as da Foz do Rego de Vide e muito em particular as da foz do Côa, onde se concentra grande parte da arte Magdalenense, estas na sua maioria ainda por estudar. Lamenta-se que na altura não estivesse ainda em vigor a legislação relativa aos estudos de impacto ambiental e patrimonial, o que levou à não identificação da arte paleolítica do Côa, pois, caso tivessem ocorrido prospecções rupestres mais intensivas, estas não deixariam de identificar algumas gravuras, em particular as do sítio da Canada do Inferno.

Porém, o grande complexo de arte rupestre do Vale do Côa só começará a ser verdadeiramente intuído a partir de 1989, primeiro com o estudo preliminar de impacto orientado por Francisco de Sande Lemos (da Universidade do Minho), e depois, a partir de finais de 1991, com o começo dos trabalhos de acompanhamento arqueológico da construção da barragem do Baixo Côa pela pequena equipa orientada por Nelson Rebanda (do IPPAR). Mas a revelação dos achados desta equipa, nomeadamente das gravuras paleolíticas da Ribeira de Moínhos e da Canada do Inferno, só será tornada pública em finais de 1994, num momento em que as obras da barragem estavam já consideravelmente avançadas.

A partir de finais de 1994 e, em especial, ao longo do ano de 1995, a área de expansão da Arte do Côa (tomada em sentido lato) vai sendo fixada e melhor conhecida, quer pelos trabalhos orientados pelo autor e por Mário Varela Gomes, quer pelo voluntarismo de muitos populares que então prospectavam a região, incentivados pelo mediatismo do processo Côa. Sucedem-se então as descobertas de muitas rochas decoradas, quer ao longo do Vale do Côa (sítios da Penascosa, Quinta da Barca, Fariseu...), quer em alguns dos seus vales adjacentes e confluente (Ribeira de Piscos, Vale do Forno...) e noutros já com pendentes orientadas para o próprio Douro (Vale de José Esteves, Vale de Cabrões...).

A Arte do Côa é hoje considerada a maior e a mais importante concentração mundial de arte paleolítica de ar livre, tendo sido classificada pela UNESCO, em Dezembro de 1998, como Património da Humanidade. Esta classificação poderá ser brevemente alargada ao sítio vizinho de Siega Verde, na margem esquerda do Águeda (Espanha), também ele um afluente do médio Douro, onde, desde finais dos anos 1980, foram sendo identificadas e estudadas cerca de seis centenas de gravuras de tipologia paleolítica, e muitas com os mesmos formalismos de estilo do Vale do Côa. Este sítio poderá assim ser proximamente considerado pela UNESCO como uma "extensão do Vale do Côa".

Para além da arte paleolítica, outros ciclos rupestres aqui deixaram testemunho, conhecendo-se bons exemplos de arte da Pré-História recente e particularmente da Idade do Ferro, este o segundo grupo artístico mais importante da região e um dos mais característicos a nível peninsular.

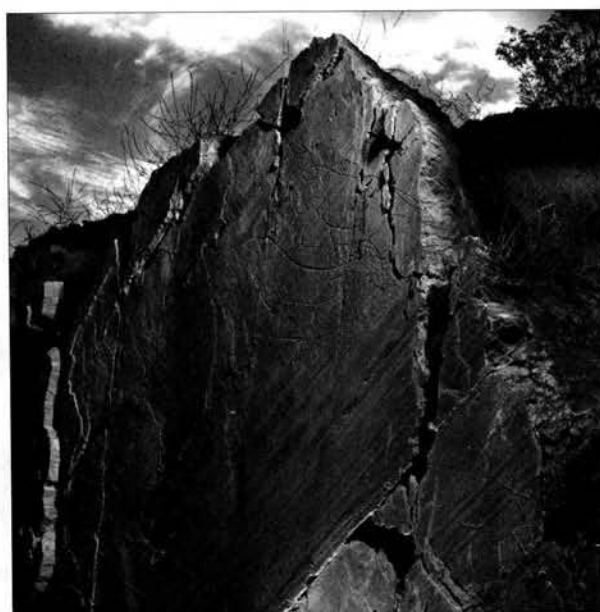


Foto: Pedro Guimarães, 2009.



Desenho: A. M. Baptista / M. V. Gomes / F. Barbosa / C. V. PAVC.

Figs. 1 e 2 – Rocha I da Canada do Inferno, o "painel da descoberta". A parte superior do painel é um bom exemplo das sobreposições estruturadas em dispositivo ilusório. Período I da arte paleolítica do Côa.

Como principal medida de salvaguarda de todos estes sítios rupestres foi criado o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), formalmente inaugurado em 10 de Agosto de 1996. No sentido de promover um estudo continuado da sua arte rupestre, foi também criado logo depois (Maio de 1997) e sediado na região, o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART).

Este organismo seria em Abril de 2007 extinto e integrado no PAVC, no âmbito das reformas do PRACE conduzidas pelo governo de José Sócrates. Durante os seus quase dez anos de actividade, e pese embora nunca tenha sido convenientemente dotado de meios humanos, o CNART realizou um estudo continuado e sistemático da Arte do Côa, tendo organizado as bases de dados indispensáveis para um conhecimento fundamentado dos ciclos rupestres do Côa / Douro.

► 128

sido regularmente feitos, que partem das terras do Côa com vontade de regressar e de recomendar o destino⁶. Insatisfeitos ficam, naturalmente, os que não conseguem visita, por não estarem informados relativamente à necessidade de marcação prévia.

Até que o Museu abra as suas portas e a oferta possa, desse modo, aumentar — ninguém mais ficará sem algum tipo de visita: não podendo ver a arte no local, verá a sua explicação no museu —, a estratégia do Parque tem sido a flexibilização e a diversificação. Flexibilizar, procurando ajustar o mais possível o tipo de visita que se oferece aos interesses e solicitações do público: matinais, vespertinas, nocturnas⁷, de jipe, de bicicleta, de canoa, a pé... Sempre que a visita é marcada com antecedência (e não obedece ao regime da visita espontânea, não agendada, que terá de se sujeitar à oferta disponível para o dia), o Parque tem procurado responder a todo o tipo de solicitações, desde o visitante que quer partir, sem companhia, para um núcleo⁸, até aos operadores turísticos que pretendem uma apresentação em sala para grandes grupos⁹.

Diversificar em públicos, em ofertas e em recursos humanos. Criou-se um programa chamado internamente “divulgação lo-

cal”, através do qual se procuram organizar visitas para os residentes na área do Parque¹⁰. São visitas normalmente gratuitas, em que a Quinta de Ervamoira colabora com o Parque Arqueológico, oferecendo, antes ou depois da visita ao núcleo de arte rupestre da Penascosa, uma visita ao seu museu¹¹. Os visitantes são organizados por aldeia, em colaboração com as Juntas de Freguesia, por grupo profissional, de que foram exemplos as visitas aos magistrados locais, aos professores, aos comerciantes, aos bombeiros...¹².

Por outro lado, a criação de um **Serviço Educativo**¹³, permitiu diversificar a oferta e colocar outros técnicos em contacto directo com o público, colmatando também a escassez de guias¹⁴. A realização continuada de **actividades educativas e culturais** revelou-se essencial, quer na relação com a comunidade local, e particularmente a escolar, quer no número de visitantes alcançado. De facto, cerca de um quarto dos visitantes que participam numa actividade do Parque (visita guiada a um núcleo de arte, ou inserção em actividade educativa ou cultural), já a realizam neste âmbito, contando, frequentemente, com outros técnicos do Parque como responsáveis e monitores¹⁵.

Iniciou-se um trabalho permanente com as escolas locais, muito particularmente em Vila Nova de Foz Côa¹⁶, e procurou-se desenvolver oficinas e actividades educativas que complementam ou substituem a visita. Guias, arqueólogos, técnicos de conservação e restauro e técnicos administrativos, interagem com o público diversificando, enriquecendo e ampliando a oferta. Uma parte das oficinas são asseguradas por guias, as restantes por outros técnicos¹⁷.

Recentemente iniciaram-se novos tipos de visitas: as “visitas todo-o-terreno (TT)” e “uma visita, dois patrimónios mundiais”. Neste segundo caso, o visitante é conduzido até um núcleo de arte rupestre e a uma quinta vinhateira da região¹⁸. No caso das designadas “visitas TT”, os visitantes levam as suas próprias viaturas em caravana aberta por um jipe do Parque, com um guia e um especialista em viaturas todo-o-terreno, também do Parque¹⁹. Assegura-se deste modo a colocação em visita pública do núcleo do Fariseu que, por ser um local de acesso mais difícil e com painéis menos numerosos e de mais árdua visualização (os melhores painéis estão submersos...), não oferecia condições apropriadas para as visitas regulares de um público dito mais geral. ► 129

⁶ Inquéritos coordenados inicialmente por António Batará, actualmente por Ângela Junqueiro, guia do Parque com licenciatura e pós-graduação na área do Turismo.

⁷ Realçamos o grande interesse que têm estas visitas, por possibilitarem uma excelente visibilidade e por serem uma interessante alternativa aos picos de calor de uma tarde de Verão no Côa. Destacamos o pioneirismo de guias como José Pedro Branco, António Jerónimo e Pedro Nuno Pinto, que aceitaram arrancar com esta nova modalidade, como com outras visitas que abrem novos percursos e propostas. E são efectivamente os guias a face pública e quotidiana do Parque.

⁸ Estas visitas mais demoradas, muitas vezes de investigadores, estudantes, artistas ou operadores turísticos, são normalmente enquadradas pela arqueóloga Dalila Correia ou pelo guia do Parque António Jerónimo.

⁹ A criação de um Serviço de Marcações, de que é actualmente esteio a guia Martine Guindeira, em estreita relação com Alexandrina Alonso, com licenciatura na área das Relações Públicas e Comunicação Social, e que gere a escala dos guias, tem permitido responder a estes distintos interesses dos diferentes públicos.

¹⁰ Uma guia, Delfina Bazaréu, natural de Vila Nova de Foz Côa, tem a seu cargo estas visitas.

¹¹ Oferece também um Porto de honra. Cabe aqui realçar que, para as pessoas ligadas à restauração local, a Quinta de Ervamoira ofereceu um almoço na Quinta, que complementou da melhor forma uma visita que o Parque organizou ao núcleo da Penascosa.

¹² Na realização destas visitas, para além da Quinta de Ervamoira, têm colaborado também as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais da área do Parque.

¹³ A fundação deste serviço deve-se a Marta Mendes, arqueóloga do Parque que teve entretanto formação na área dos Serviços Educativos e elaborou, em 2004-2005, um documento fundador do SE do PAVC, que tem coordenado. Têm trabalhado nas actividades educativas mais regularmente Ângela Junqueiro, já referida, e Cristina Rebelo, guia do Parque com formação superior em Comunicação e Relações Públicas. Rosa Jardim, licenciada em Conservação e Restauro, ramo Arqueologia da Paisagem, tem assegurado a coordenação de parte destas actividades, bem como, com Jorge Sampaio, o programa de actividades culturais de Agosto e Dezembro e as exposições itinerantes.

¹⁴ O PAVC iniciou as visitas aos núcleos de arte rupestre com 16 guias no quadro. Dispõe neste momento apenas de dez e só nove, como ficou dito, desempenham funções de guia.

¹⁵ Em 2008, foram envolvidos em actividades educativas e culturais 4997 visitantes do Vale do Côa (destes, 2785 em acções no Vale mas fora dos limites do PAVC). As visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre com emissão de bilhete foram 12 956, enquanto o total de visitantes com actividades educativas, culturais ou visita guiada no Vale do Côa foi de 17 953.

¹⁶ O projecto “O Côa na Escola”, coordenado por Rosa Jardim, procura integrar actividades do Parque no percurso educativo dos alunos, para o que se tem contado com a colaboração do Agrupamento de Escolas e de várias associações locais. A colaboração do Parque nas actividades de ocupação das férias escolares, também da responsabilidade de Rosa Jardim, tem permitido que as crianças tenham contacto muito diversificado com o Património cultural e natural do PAVC, realizando actividades diversas: desenho, fotografia, bicicleta todo-o-terreno (BTT), canoagem, “caça ao tesouro”, etc.

¹⁷ Cabe aqui destacar a Oficina de Arqueologia Experimental. Aproveitando os trabalhos de arqueologia experimental iniciados por Thierry Aubry, prosseguidos também por Jorge Sampaio, arqueólogo do PAVC, desenvolveram ambos uma oficina dedicada ao público, tornando-se claro que esta vertente da investigação tem grande potencial para a criação de oficinas e

actividades educativas de relação com o visitante. Actualmente Thierry Aubry e Jorge Sampaio aprofundam a vertente de investigação em Arqueologia experimental, enquanto Pedro Nuno Pinto, guia do Parque, realiza uma Oficina de Arqueologia Experimental e demonstrações para os visitantes. Uma outra oficina, de olaria, é dinamizada por uma guia do Parque, Helena Garrido que teve, para o efeito, uma formação prolongada. O facto de haver antigos centros oleiros na área do Parque ditou o tema. Actualmente está em desenvolvimento uma outra oficina, de Arte Rupestre, por parte de uma outra guia do Parque, Delfina Bazaréu. Carla Magalhães, assistente de arqueólogo, actualmente a fazer a licenciatura, desenvolve, de forma esporádica, uma oficina designada “O Arqueólogo no Laboratório”.

Incluem habitualmente opção de almoço e uma visita à quinta. Fernando Dias, guia do Parque, actualmente com outras funções e formação superior em Marketing e Turismo, complementada com formação e experiência em enologia, conduz boa parte destas visitas.

Jaime Abrunhosa, a pessoa que tem a seu cargo a manutenção das viaturas do Parque. Com ele colaboraram na organização destas visitas Aldina Regalo, guia do PAVC, licenciada em Gestão e Desenvolvimento Social, e Ângela Junqueiro.

A coroação de todo este trabalho de mais de uma década, fruto da persistência e da paixão necessárias ao estudo ponderado de uma rica região rupestre com as características desta, será a próxima inauguração do Museu do Côa, que ocorrerá ainda em 2009. Aliando a descodificação arqueológica dos mundos rupestres do Baixo Côa a uma peça de arquitectura arrojada e notavelmente implantada junto à foz do Côa, aqui se sintetizará a mais arcaica memória gráfica da Pré-História antiga em território português. E a justificação afinal da também arrojada decisão do governo de António Guterres de finais de 1995, em mandar suspender *sine die* as obras já avançadas de uma grande barragem que, contra o que muitos então defendiam, iria destruir irremediavelmente o mais admirável imaginário rupestre do homem fóssil em território nacional.

2. Prospeção e inventários: ponto da situação em Dezembro de 2008

O trabalho de prospeção e inventário arqueológico começou logo em 1995 e foi sendo melhor sistematizado após a criação do CNART. Aqui devemos realçar a persistência do trabalho nos últimos anos de Mário Reis, cuja análise minuciosa do terreno tem contribuído significativamente para o considerável aumento do número de rochas decoradas. Os particularismos arqueológicos e de sistematização deste trabalho de inventário são apresentados e discutidos em BAPTISTA e REIS (2008; no prelo).

Em toda a região do Côa e até meados de 2008, foram registadas 887 rochas historiadas, distribuídas por 47 sítios. De todas estas rochas, apenas sete são referentes a pedras soltas ou blocos partidos, sendo as restantes 880 correspondentes a afloramentos que se mantêm *in loco*. Este aspecto é particularmente importante, pois em especial a arte paleolítica mantém uma evi-

dente relação directa com a paisagem envolvente e só o estudo ponderado dessa relação para além dos particularismos da própria arte, permitirá o desenvolvimento de fundamentadas lógicas interpretativas que procurem ultrapassar o mero acumular de informações e estatísticas arqueológicas e/ou arqueográficas (conf. BAPTISTA e GARCÍA DÍEZ 2002; BAPTISTA *et al.* 2006 e 2008; SANTOS 2008).

Como é evidente, muitas destas rochas decoradas estão ainda por estudar. De acordo com as fichas dos registos de campo, é o seguinte o seu ordenamento cronológico (até meados de 2008):

- Paleolítico superior: 417 rochas em 30 sítios;
- Pré-História recente: 41 rochas em 14 sítios;
- Idade do Ferro (maioritariamente 2ª Idade do Ferro): 310 rochas em 31 sítios;
- Períodos históricos: 163 rochas em 30 sítios;
- Indeterminados: 105 rochas em 19 sítios.

Em muitas destas rochas sobrepõem-se gravuras de períodos distintos. São particularmente interessantes as sobreposições de gravuras da Idade do Ferro a motivos paleolíticos em painéis da zona da foz do Côa.

Pese embora o intenso trabalho de prospeção e fruto das dificuldades de um território muito acidentado, apenas seis sítios podem ser considerados como totalmente prospectados (excepto áreas permanentemente submersas); em cinco outros a prospeção sistemática está quase terminada; em outros 14 a prospeção foi realizada ainda que de forma não sistemática; e em 24 sítios a prospeção limitou-se até agora a uma inventariação sumária a partir dos sectores onde entretanto tinham sido detectadas rochas decoradas.



Foto: A. M. Baptista / M. Almeida / CNART-PVC



Foto: Pedro Guimarães, 2008.

Figs. 3 e 4 – Em cima, cabra pirenaica com duas cabeças simétricas simulando movimento. É uma das mais esbeltas gravuras do Côa. Em baixo, Cabeça de bovídeo, gravada e pintada da rocha 6 da Faia, na mancha granítica do Côa. Período I da arte paleolítica do Côa.

Desenho: Fernando Barbosa / CNART-PVC

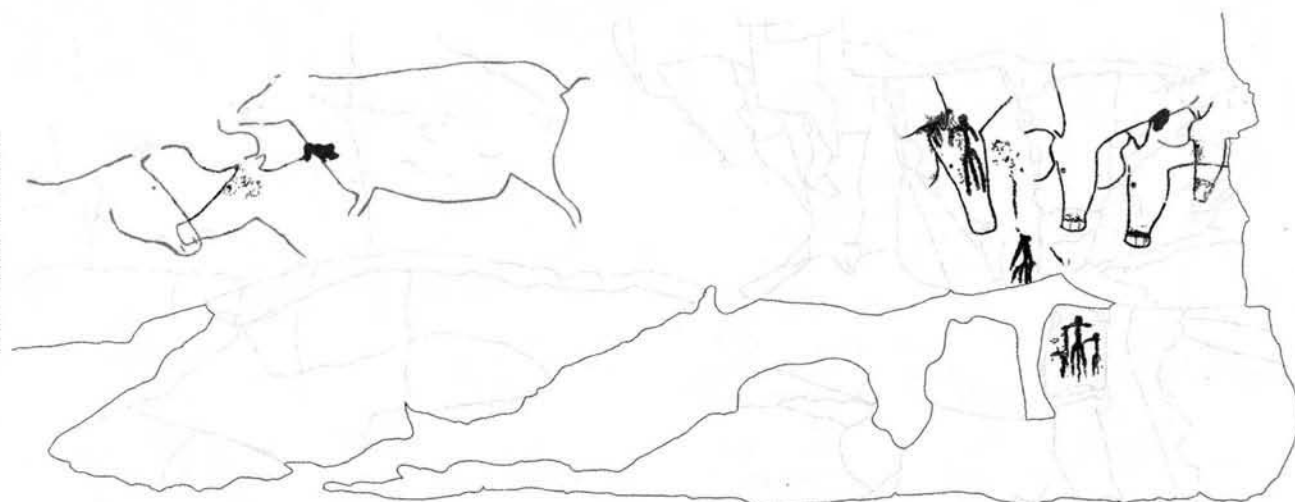


Fig. 5 – Rocha 6 da Faia, com representações do período I da arte paleolítica do Côa e pinturas antropomórficas neolíticas.

0 50 cm

Que futuro para a visita ao Parque?

Assim, aos três núcleos que estão, desde o início, em visita pública – Canada do Inferno, Penascosa e Ribeira de Piscos –, acrescentou-se, nesta modalidade de visita sazonal, o Fariseu. Todos os outros – com excepção da Quinta da Barca, que esperamos poder colocar em visita pública a breve trecho –, têm visibilidade muito menor e são muito menos atractivos para o público não especializado.

A arte rupestre do período mais arcaico, que arranca há cerca de 25 000 anos antes do presente, é também a mais visível: traço grosso, picotado ou abradido, profundo, que se vê bem sem auxílio de luz artificial. Todos estes núcleos em visita permanente localizam-se no coração do Parque, a área mais central, onde se situam também os mais relevantes vestígios de ocupação humana coeva: sítios como o Fariseu, as Olgas, Almendra ou Cardina, no fundo do vale. É esta área, simultaneamente mais rica e mais sensível do ponto de vista do Património arqueológico, que corresponde também à metade setentrional da Zona de Protecção Especial (ZPE) do Vale do Côa, que tem sido objecto de uma destacada acção da Associação Transumância e Natureza. Na área do Parque virada ao meio-dia, nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, em terrenos entretanto adquiridos por esta associação com o propósito de neles promover a conservação da Natureza, situa-se o núcleo de arte rupestre da Faia, ao qual só é possível aceder através de uma difícil caminhada, e que será colocado em visita pública essencialmente por técnicos desta associação, que poderão mostrá-lo aos mais audazes, sem que coloquem em risco a nidificação das numerosas espécies de avifauna presentes na Faia Brava ²⁰.

Em torno do futuro Museu do Côa há inúmeros núcleos de arte rupestre já identificados em prospecção, muitos deles da fase final do Paleolítico superior. Esta arte *Magdalenense* é muito menos visível: traços incisos, muito finos e delídos, que só o recurso a luz rasante de focos mantidos por geradores poderá iluminar e mostrar com qualidade. É sobre estes que a criatividade e engenho na preparação de visitas deve agora incidir, tal como há 13 anos se criou o actual sistema de visita pública. Dois deles estão neste momento em fase de estudo para preparação da visita pública.

Erguendo-se o museu no extremo Norte do Parque, junto a Vila Nova de Foz Côa, fora da ZPE do Vale do Côa, área menos crítica do ponto de vista da conservação, a pressão do maior número de visitantes deve exercer-se sobretudo aqui, complementada com a visita equilibrada e regrada à área central do Parque. Para que o aproveitamento turístico do futuro museu não comprometa, por menos reflectido ou assente em objectivos de mais curto prazo, a conservação do Património arqueológico e da Natureza, e a qualidade da paisagem, importa que a gestão decorra da investigação e tenha como objectivos os que a lei consigna:

“a) proteger, conservar e divulgar o património arqueológico;

b) desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais [...];

c) promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas” (art.º 3º, DL 131/2002 de 11 de Maio) ²¹.

Trabalha-se para cumprir estes objectivos de forma articulada: investiga-se para que se divulgue e proteja, salvaguardam-se os valores naturais e culturais do território que são o contexto da própria arte; promove-se o desenvolvimento, pois não se protege *contra as pessoas*, é necessário que as comunidades se envolvam neste propósito. Para mais, a qualidade de vida das populações é a base de um território ordenado, mas sabemos como, no interior português, estamos distantes desse desiderato.

É essencial pensar em cada um destes objectivos de forma equilibrada, balanceada com os demais. O museu é aqui peça importante. Servirá, para os visitantes, de ponto de entrada, acolhimento e distribuição. Alguma procura não irá mais além. Outra sim, desejavelmente, já mais informada e organizada no uso que fará do território. O sistema de visitas estabelecido aquando da criação do Parque e que se vem, com o tempo, diversificando e complexificando, sem que se tenha desvirtuado, é uma garantia de qualidade da visita, de salvaguarda do Património, e contém um grande potencial de crescimento. Se depende do número de guias, não assenta necessariamente em guias do Parque. Desde o início que se criaram protocolos com empresas de animação turística que, elas próprias, uma vez dispondo de guias habilitados a mostrar a arte rupestre, conduzem os visitantes ²².

Estes operadores que estão, no preciso momento em que escrevo, a frequentar um curso de guias ²³ para que a procura, que se prevê maior aquando da abertura do museu, tenha resposta mais adequada, ajudam a estabilizar o número de visitas guiadas ao Parque e poderão vir a aumentar muito substancialmente a oferta.

Com a realização de dois cursos de guias num período curto, de um curso de Arqueologia experimental e de um outro de olaria, bem como com a formação na área dos serviços educativos ²⁴, destinados a ampliar a oferta em visitas e actividades educativas, foi possível, simultaneamente, preparar uma mais ampla divulgação: com o apoio da Associação de Municípios e da AIBT do Vale do Côa editaram-se brochuras de divulgação dos vários núcleos de arte, em quatro línguas, e de várias actividades disponíveis para o visitante, bem como um novo livro-guia do visitante do Parque. Prepara-se actualmente divulgação conjunta do Côa e de Siega Verde, em percursos que liguem os dois sítios arqueológicos, no âmbito de programa transfronteiriço com financiamento comunitário.

Uma das brochuras editadas convida o visitante a percorrer o perímetro do Parque, de aldeia em aldeia. Foi recentemente promovida pela Associação Transumância e Natureza, em colaboração com os municípios e o PAVC, e com financiamento da AIBT do Vale do Côa, uma grande rota, em percurso pedestre de mais de 20 km no ► 131

²⁰ Para a visita a este núcleo há um centro de interpretação e recepção que estará concluído quando as visitas se iniciarem, em 2009, por iniciativa da Câmara Municipal de Pinhel, com a colaboração do Parque Arqueológico e da Associação Transumância e Natureza [apoio da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Vale do Côa].

²¹ Que “Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico”.

²² Bastando para tal que avisem o Serviço de Marcações do PAVC, para que não haja sobreposição de visitas no mesmo local à mesma hora.

²³ Curso promovido pelo Parque, em colaboração com uma empresa de formação, destinado aos operadores de empresas de animação turística, associações, etc. Não foi possível obter financiamento por impossibilidade de enquadramento nos actuais instrumentos de política pública para a qualificação dos recursos humanos. A formação que foi anteriormente realizada na área do PAVC com o apoio da AIBT do Vale do Côa, não encontra qualquer enquadramento no Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), facto que se lamenta.

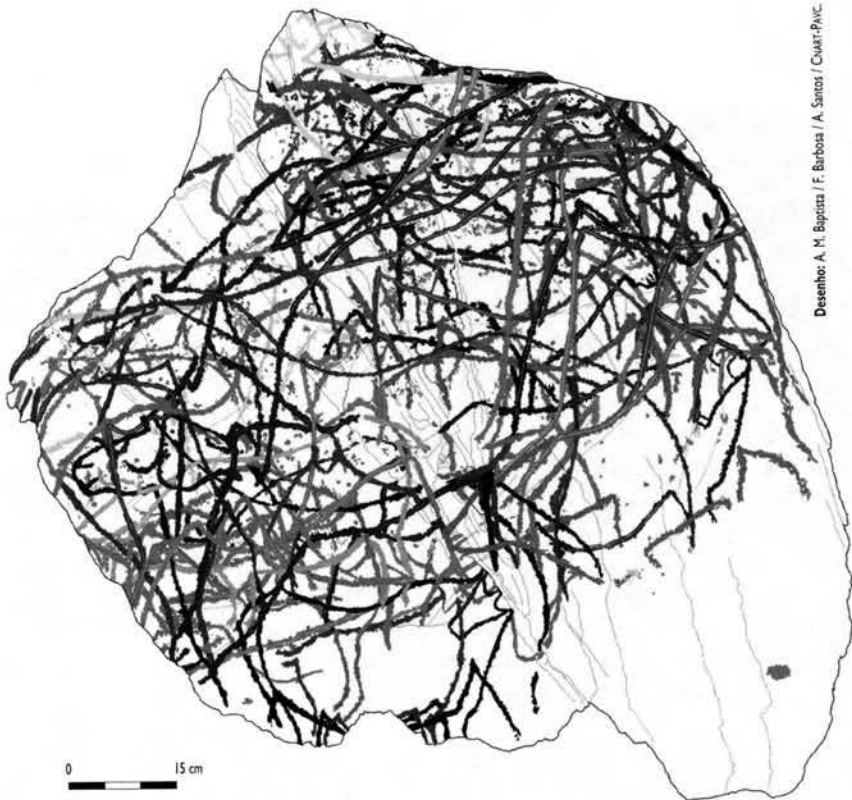
²⁴ Cursos que foram financiados pela AIBT do Vale do Côa e resultaram de uma parceria entre o Parque Arqueológico e a empresa Setepés.

128 Dos Principais Ciclos Rupestres...

Todos estes sítios estão disseminados ao longo das margens do último troço do Côa, numa extensão de cerca de 17 quilómetros. Alguns estão localizados já no Douro ou nas vertentes dos pequenos afluentes que marginam a região da foz do Côa. Mas foi este rio que se constituiu como o eixo fundamental de todos estes ciclos artísticos, dando nome aos conjuntos.

Excepto no sítio da Faia, o mais a montante e o único onde o Côa flui em ambiente granítico, todas as gravuras e as raras pinturas se encontram nos amplos e lisos paredões de xisto, quase sempre com uma disposição vertical (aqui a mais notória excepção é o Vale de Canivães, com painéis na horizontal), que afloram nas margens dos cursos de água.

A este número de rochas decoradas há que acrescentar o lote de 96 placas e fragmentos de placas de arte móvel paleolítica, quase todo saído das escavações do sítio do Fariseu, em particular na pequena praia frente à rocha 1. Infelizmente, a submersão permanente deste sítio não permite que uma escavação em extensão possa ampliar o número de elementos estratigrafados de arte móvel e, por outro lado, contribuir de uma maneira ainda mais fina para o enquadramento arqueológico da Arte do Côa.



0 15 cm

Fig. 6 - Painel da direita da rocha 1 da Quinta da Barca, a "rocha do esparguete". Período I da arte paleolítica do Côa.

3. Arte paleolítica do Vale do Côa

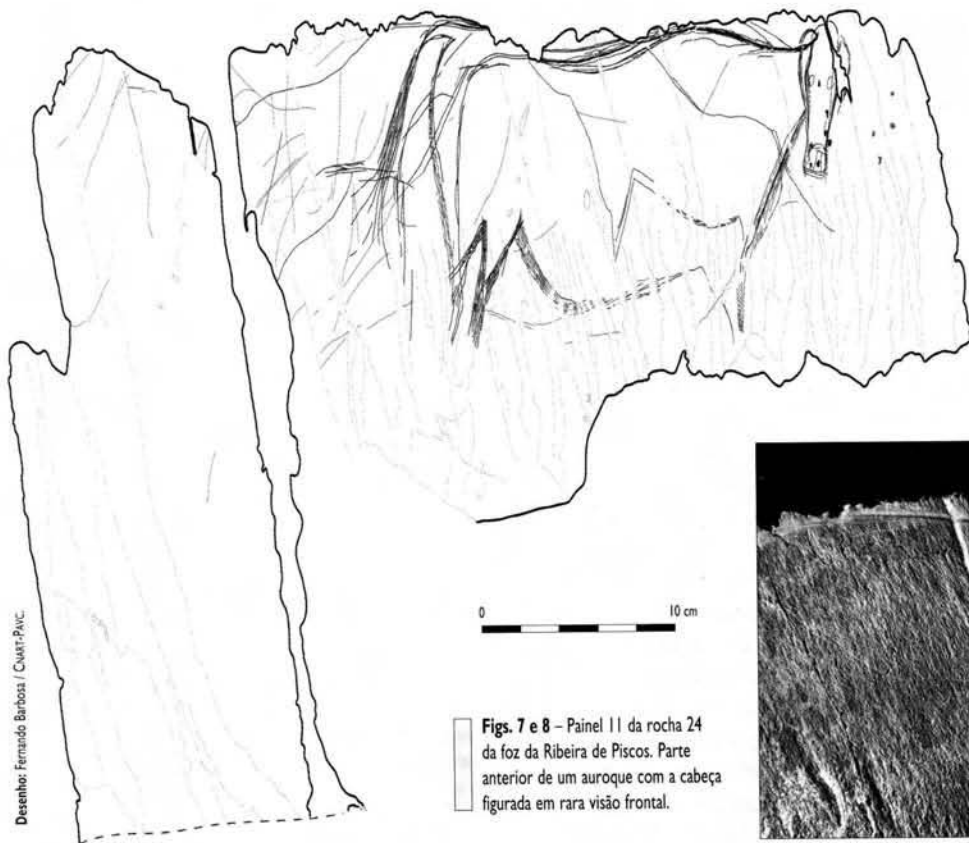
3.1. Características gerais

O tipo de jazida da arte paleolítica do Côa, que pode paralelizar-se com a do sítio vizinho de Siega Verde, contribuiu para tornar a paleta gráfica paleolítica também ela uma arte da luz, pois durante mais de um século se pensou ser a

arte parietal plistocénica praticamente exclusiva do mundo das grutas. Alterou-se assim definitivamente o paradigma de uma arte das trevas, até então adquirido relativamente à arte do homem fóssil europeu.

Mas, obedecendo aos cânones iconográficos da arte paleolítica da Europa Ocidental, a temática do Côa, com motivos de grande qualidade estética e elaborados padrões de execução técnica, é fundamentalmente zoomórfica e naturalista, ainda que de um naturalismo sintético e mesmo sensorial. A fauna representada, típica de um clima mais temperado que frio, é constituída por equídeos (cavalos), bovídeos (auroques), capríneos (cabras e camurças) e cervídeos (veados e cervas). Este bestiário é complementado por alguns raros peixes, bem como por alguns zoomorfos indeterminados, cuja morfologia, no entanto, os aproxima da tipologia das espécies apontadas (BAPTISTA 2003).

Em três rochas foram ainda identificadas algumas representações humanas / humanóides / seres compostos, de que a mais divulgada, e a que primeiro foi conhecida, é o expressivo humano ictifálico da rocha 2 de Piscos. ► 132



0 10 cm

Figs. 7 e 8 - Painel II da rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos. Parte anterior de um auroque com a cabeça figurada em rara visão frontal.

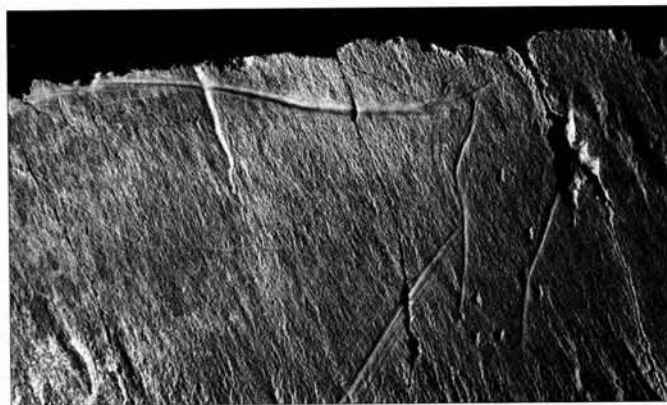


Foto: Manuel Almeida / C. Vaz / P. Vaz

interior do território do Parque Arqueológico. Este tipo de visitas e percursos, que complementam as visitas à arte, são fundamentais para criar oferta e libertar pressão sobre as áreas mais sensíveis.

O lugar do Parque e Museu na dinâmica da região

Mas não só no turismo e negócios que em torno dele se geram se poderá alicerçar “a qualidade de vida das comunidades” que a legislação refere. Através de uma programação cultural continuada, de actividades permanentes junto das escolas, dos lares e centros de dia, da conservação da Natureza e ordenamento do território, da aproximação a outras realidades e intercâmbio cultural – e aqui merece especial destaque a colaboração com a Junta de Castela e Leão, que visa estreitar a cooperação entre o Côa e Siega Verde e, no futuro, gerir em parceria os dois sítios arqueológicos –, se constrói a vida das comunidades.

O indicador de medida não pode ser apenas o número de visitantes, traduzido em vendas de bilhetes ou “merchandising”.

Os indicadores terão de ser também outros. E têm de ser medidos junto de amplos sectores das comunidades residentes. Contam-se pelo número de estágios feitos pelos alunos das escolas locais, pelas actividades em que os mais idosos participam, pela frequência de chegadas de investigadores e estudantes de outros pontos do país e do estrangeiro, pelas actividades junto do ensino pré-escolar...

E também pelas acções realizadas em colaboração.

Entre 2004 e 2007, o objectivo central da actividade do Parque, enquanto se procurava melhor adequar a oferta à procura do público, foi o de estabelecer pontes de contacto e colaboração com todas as autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, com as mais dinâmicas associações – Transumância e Natureza, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão, Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior (APDARC), ACDR do Pocinho, Luzlinar... são algumas delas –, com as escolas e outros organismos da Administração Central, como a Direcção Regional de Agricultura, com entidades privadas, como a Quinta de Ervamoira.

Tudo ganharemos numa profícua colaboração que, aliás, tem existido, e cabe-nos realçar o apoio permanente das câmaras municipais de Foz Côa e de Pinhel, de que destacamos um ilustrado apoio à conservação da Natureza e à qualidade da paisagem, dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e da Meda, das empresas municipais dos municípios do Parque, das associações e entidades que referimos. Mas esta colaboração não é formalizada e, com algumas entidades, é menos profunda e menos regular do que poderia e deveria ser ²⁵.

As AIBT terminaram e sabemos como, em territórios periféricos e de “baixa densidade”, poderiam fazer a diferença ²⁶. Recentemente, como noutros territórios similares, olha-se para os PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos com esperança. Mas é difícil, quando não existe previamente uma estrutura organizada, sólida e com dimensão, montar uma estratégia sustentada, enraizada para um território.

O Côa é em parte Douro e em parte escapa-lhe, dirige-se a Sul, nasce no Sabugal, e olha a Oriente. É de vocação raiana. Esta ponte que estabelece com o Douro, e com a Meseta, com o Mondego, o Zêzere e o Tejo, é geográfica, é histórica – pré-histórica... – e deve, a nosso ver, ser valorizada. A recente candidatura de Siega Verde a Património mundial como extensão do Côa, é significativa. O Parque do Côa é um imenso repositório, de dimensão mundial, de conhecimento e arte, é um território relevante para a conservação da Natureza, mas é também constituído pelas pessoas que o habitam e o mantêm vivo e pelos visitantes que o procuram.

Fica patente esta realidade nos textos que acompanham este, uns mais longos, outros em jeito de apontamento. Fazem um ponto da situação hoje. No momento em que o Parque aguarda ainda a promulgação do Decreto Regulamentar de criação, que lhe trará de novo competências sobre o território, que hoje não tem, e que virá a ditar o prazo para a elaboração do Plano de Ordenamento. Momento em que se reflecte sobre o seu modelo de gestão futura. Cabe aqui referir que, na sequência de uma encomenda, por parte da Associação de Municípios do Vale do Côa ²⁷, de um plano estratégico para o desenvolvimento turístico da região, o documento elaborado ²⁸ preconiza que o desenvolvimento regional deve assentar na dinâmica do Museu do Côa, e na designada “alteração do modelo de

negócio do Parque Arqueológico”. Neste desiderato, a mesma Associação de Municípios propõe-se gerir em parceria com a Administração Central e agentes privados o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Côa. Por ser matéria ponderosa e da qual depende o futuro do PAVC, Património mundial, esta questão, localmente hoje muito debatida, terá de ser profundamente reflectida pelas entidades de tutela.

Poderá ser possível, no médio prazo, no âmbito de uma plataforma mais vasta, ibérica, e cuidadosamente construída, gerir o Património do Côa a Siega Verde. Aqui se incluindo parceiros diversos, como associações, seja a gerir a ZPE do Vale do Côa ou a cuidar das visitas, entidades com vocação turística a assegurar a promoção e animação, ou ligadas à cultura a concorrer para a dinamização do Parque e Museu, marcando a dinâmica da região.

Uma região que está em processo de desertificação há séculos, a documentação espelha-o sem margem para dúvidas desde o século XVI... Povoaou-se e urbanizou-se, por vontade do poder régio, na construção da nacionalidade. Havia um propósito: organizar e integrar um território, o que passou por trazer gente e criar centros, as vilas baixo-medievais. Por isso se fizeram, muitas delas de raiz, como a vila nova da foz do Côa. E para tal se trouxeram povoadores. Um esforço que deu frutos, por algumas centenas de anos. Possamos hoje daí colher ensinamento.

²⁵ Foi nossa proposta, secundando, neste caso, proposta da equipa técnica da Associação de Municípios do Vale do Côa, que o Parque Arqueológico venha a formalizar e aprofundar esta rede de colaborações, criando um Conselho Estratégico de apoio à gestão. Trata-se, na nossa óptica, de um conselho orientado para a gestão estratégica, usando para o efeito métodos e técnicas adequados, que efectivamente o posicionem no centro da elaboração dos planos de actividade e orçamento e seu acompanhamento. E que possa vir a deter, em permanência, uma equipa que monitorize o desempenho dos vários indicadores definidos. Aplicar-se-ia assim boa parte da visão para a gestão estratégica dos organismos da Administração Pública veiculada através dos cursos para dirigentes ministrados pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

²⁶ Deve ser destacado o excelente trabalho, por todos reconhecido, realizado pelo último coordenador da AIBT do Vale do Côa, Dr. Joaquim Felício, que permitiu levar a bom termo projectos como o próprio Museu do Côa, bem como a atenção que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCRC) deu à região do Côa.

²⁷ Constituída por dez municípios: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Meda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

²⁸ Pela empresa Augusto Mateus & Associados.



Fig. 10 – Arte Magdalense do Côa. Humano do painel 2 da rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos.



Fig. 9 – Sector esquerdo da rocha 2 da Ribeira de Piscos. O humano icôfalico está no topo da estratigrafia figurativa.

lo é o da notável cabra da rocha 5 de Vale de Cabrões, uma das mais belas representações da Arte do Côa.

São raras as cenas ou composições evidentes, de que a mais notável é a de dois cavalos com as cabeças enlaçadas na rocha 1 de Piscos (naturalismo sensorial). Há também animais com múltiplas cabeças sugerindo movimento, uma característica pouco comum na arte paleolítica, mas muito típica da Arte do Côa, aparentemente exclusiva do período I (fase antiga). O exemplo mais destacado é o da cabra

Fig. 11 – Arte Magdalense do Côa. Cabra da rocha 5 de Vale de Cabrões.



pirenaica com duas cabeças simétricas da rocha 3 da Quinta da Barca. Mas para toda a principal fauna figurada há exemplos de animais com múltiplas cabeças.

Por outro lado, os artistas sobrepunham intencionalmente os animais nas mesmas zonas dos painéis, constituindo as rochas mais densamente gravadas verdadeiros palimpsestos com

ricas estratigrafias figurativas. Esta sobreposição intencional configura uma característica a que chamamos uma “sobreposição estruturada em dispositivo ilusório”. Isto é, as sobreposições do período antigo (gravuras picotadas de traço profundo), ainda que de momentos diferentes, devem ser encaradas como eventuais associações entre todos os motivos, sacralizando-se com as gravações quer um painel, quer um lugar, num jogo de formas de que apenas nos chegou a imagética animalista na sua eventual relação com os lugares. Esta é uma característica típica do primeiro período da arte do Côa (Gravetto-Solutrense), de que os melhores exemplos são as rochas 1 da Quinta da Barca, 1 do Fariseu, 3 da Penascosa e 1 da Canada do Inferno, entre outros.

3.2. Distribuição espacial e síntese evolutiva

A escavação de dois sectores da praia frente à rocha 1 do Fariseu, um painel repleto de gravuras picotadas sobrepostas entre si (94 identificadas até ao momento) que evidenciam já todos os atributos de forma e estilo da Arte do Côa, selado por estratos com restos de fauna consumida e indústrias líticas atribuíveis à segunda metade do Paleolítico superior (AUBRY e SAMPAIO 2008), demonstra que a acumulação estruturada e intencional dos motivos nas mesmas zonas dos painéis, se processa num mesmo horizonte cultural, muito provavelmente durante o período Gravettense ou Gravetto-Solutrense, que é um dos principais momentos de apogeu do ciclo artístico paleolítico (BAPTISTA 2009: 65 ss).

As várias datações TL, OSL e 14C do Fariseu, confirmam a frequência paleolítica do lugar pelo menos entre 18 400 e 11 000 BP (AUBRY *et al.* 2006; AUBRY e SAMPAIO 2008: 7). E acentuam a antiguidade das gravuras de traço profundo deste painel, parcialmente

Mas aqui merece destaque o notável grupo de humanos e híbridos (humanóides / seres compósitos) da rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos (BAPTISTA 2009: 90 ss.). Todos ostentam o aspecto caricatural e até animalesco (na forma das cabeças), típico dos seres antropomórficos paleolíticos identificados na arte móvel ou na arte das grutas.

Os signos / sinais de carácter abstracto estão mais presentes no fim do ciclo e pertencem quase todos ao período Magdalense. Podem acompanhar e associar-se à fauna (cavalo da rocha 2 de Piscos, auroque da rocha 6 de Vale de Cabrões, entre outros), ou aparecerem isolados como os vulgares feixes de linhas incisas, ou até em grandes concentrações, como no caso excepcional da rocha 16 do Vale de José Esteves, aqui ligados à arte da transição tardi-glacial / azilense (BAPTISTA 2008 e 2009: 112 ss.), já longe dos padrões mais naturalistas dos períodos anteriores.

Tecnicamente, os motivos são na sua maioria gravados por incisão ou martelagem, havendo raros casos de animais (auroques) gravados e pintados a vermelho, estes apenas em local abrigado da Faia. Isto sugere que outros motivos, de que hoje apenas se conservam os traços gravados e/ou raspados, poderão também ter sido pintados.

Na sua maioria os motivos surgem isolados, como que pairando num espaço idealizado, sem figuração do solo ou de qualquer elemento vegetalista. Um caso de aparente figuração do so-

Tempos e Territórios Paleolíticos no Vale do Côa

balanço e perspectivas da investigação do contexto arqueológico da arte

Thierry Aubry e Jorge Davide Sampaio [PAVC]

1. Durante a última década do século XX, a divulgação de testemunhos da actividade gráfica conservados ao ar livre desde o Paleolítico no vale do Côa deu lugar a uma profunda mudança no conhecimento dos comportamentos dos homens do passado. Contudo, num estado inicial da sua divulgação, a descoberta do património que o troço final deste vale encerrava levantou muitas questões sobre os seus autores.

1.1. Cronologia da ocupação paleolítica e modalidade de ocupação do território

Apesar da publicação e atribuição ao Paleolítico das gravuras de Mazouco (JORGE *et al.* 1981) e da publicação da série lítica do sítio de La Dehesa na província de Salamanca (FABIÁN GARCÍA 1986), a teoria do abandono do interior peninsular durante um clima frio vigente no final do Pleistocénico dominava o mundo académico e era aceite sem contestação. Não se esperava encontrar vestígios de uma ocupação durante o Paleolítico superior no vale do Côa, bem como nas regiões do interior Norte de Portugal, antes de 1995.

Na polémica gerada em torno da atribuição estilística da arte do Côa ao Paleolítico, a ausência de contexto contemporâneo foi um argumento avançado, entre outros, por BEDNARIK (1995) e refutado por ZILHÃO (1995). Os primeiros trabalhos de prospecção efectuados e a avaliação dos parâmetros de conservação revelaram a existência de vestígios do Paleolítico na envolvente dos sítios com arte rupestre (ZILHÃO *et al.* 1995). Nos anos que se seguiram, uma sistematização da prospecção à escala do vale, integrando as áreas aplanadas da extremidade Noroeste da Meseta, confirmou uma forte densidade de ocupação humana durante várias fases do Paleolítico superior (AUBRY *in*: ZILHÃO 1997; AUBRY 2001 e 2002). Este primeiro mapa de repartição dos indícios de ocupação revelava, já em 1998, não só a exploração dos recursos do fundo do vale do Côa, Ribeira de Aguiar e do Douro, mas também de áreas graníticas aplanadas, intercaladas entre as profundas cicatrizes da incisão da rede hidrográfica quaternária (AUBRY 1998).

A análise das sequências estratigráficas de sítios das duas áreas geográficas, onde se sucederam os caçadores do Paleolítico superior ao longo do tempo, deixando armas de tipologias distintas, a obtenção das primeiras datações

absolutas para o Paleolítico a Norte do Mondego (VALLADAS *et al.* 2001; MERCIER *et al.* 2001) permitiu estabelecer o quadro cronológico das várias fases de ocupação da região entre 30 000 e 10 000 BP. A análise geológica dos depósitos que constituíam estas sequências estratigráficas possibilita uma reconstituição da evolução e oscilação do clima, globalmente mais frio, contemporâneos destes 200 séculos da história da região (BERGADA e SELLAMI *in* AUBRY, no prelo).

Foi então possível avançar uma correlação entre estes factores ambientais, a variação das espécies animais e a resposta humana, com base na reconstituição da função dos acampamentos. Esta proposta é baseada na análise da organização espacial dos vestígios aí abandonados, da utilização e economia das rochas para o fabrico dos utensílios e na reconstituição da função dos instrumentos. Esta interpretação fundamentou uma proposta interpretativa que considera a complementaridade dos recursos explorados entre os sítios do fundo do vale e dos planaltos graníticos (AUBRY *et al.* 2002 e 2003; AUBRY e SAMPAIO 2003).

Contudo, este modelo de complementaridade entre os recursos destes ecossistemas de âmbito regional não permite explicar a totalidade da informação espacial contida nos dados arqueológicos. Um investimento específico em prospecções geológicas e na análise das matérias-primas utilizadas para fabricar as indústrias líticas abandonadas nos acampamentos da região, indica a existência de variedades de rochas que não são locais e que correspondem petrograficamente aos sílices dos afloramentos calcários marinhos da Estremadura portuguesa e continentais das margens setentrionais e meridionais dos relevos da Cordilheira central ibérica (AUBRY e MANGADO LLACH 2003a e 2003b; AUBRY *et al.* 2004). Tal facto, que pode ser explicado por várias modalidades de aprovisionamento ou por contactos socais (AUBRY e MANGADO LLACH 2003b), demonstra a existência de relações entre grupos humanos de regiões localizadas entre o litoral e o interior peninsular ao longo de todo o Paleolítico superior. Esta rede social, mais forte e abrangente durante alguns momentos do Gravettense, se considerarmos a variabilidade das fontes de sílex utilizadas, pode ter facilitado uma rápida difusão das informações técnicas, mas também de símbolos gráficos comuns, num território da ordem de 400 quilómetros de extensão.

Todavia, a demonstração da ocupação desta região durante diversas fases do Paleolítico superior, apesar de constituir um índice adicional a favor da validade das propostas de datação da arte pelo emprego do método da comparação estilística, não fornecia os argumentos definitivos para estabelecer uma relação directa entre esta longa sequência de fases de ocupação atestadas e o(s) momento(s) de realização das gravuras. De facto, poderia também ser considerada a hipótese duma ocupação da região cuja vocação seria unicamente artística e que não teria deixado outros vestígios arqueológicos (ZILHÃO 2003).

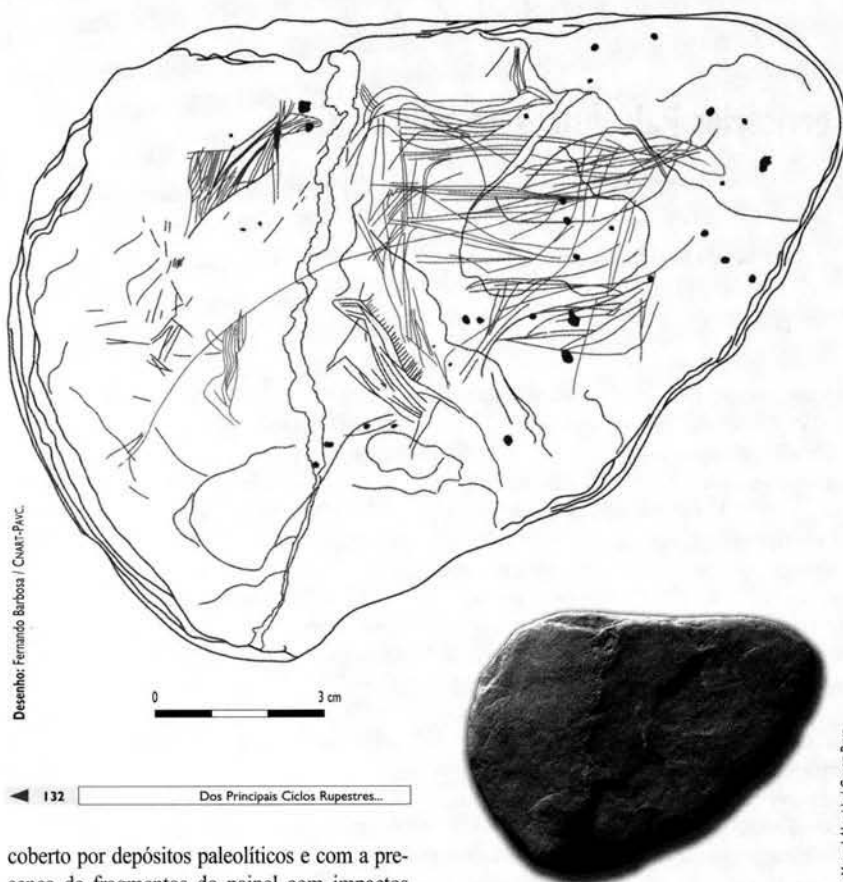
1.2. Dados objectivos da correlação com as fases gráficas

Dez anos após a descoberta das gravuras do Vale do Côa, a escavação realizada em frente à rocha 1 do sítio do Fariseu, os dados arqueológicos e estratigráficos, bem como as datações absolutas obtidas pelos métodos TL, OSL e C14, permitiram confirmar a atribuição estilística e a cronologia paleolítica das gravuras (AUBRY e BAPTISTA 2000).

A relação estratigráfica entre as gravuras da rocha 1, os depósitos geológicos, o conteúdo arqueológico e os resultados da datação absoluta permitiram definir que grande parte das figuras gravadas da rocha já estava recoberta por sedimentos resultantes das cheias do Côa, há 15 000 anos (MERCIER *et al.* 2006; AUBRY *et al.* 2007). A descoberta, em Dezembro de 2007, de um fragmento da rocha gravada num nível datado de cerca de 18 400 BP permite recuar a data mínima e demonstrar que a rocha foi gravada antes desta (AUBRY e SAMPAIO 2008).

Uma sondagem aberta na parte central do sítio revelou uma camada depositada anteriormente a esta fase, onde foram encontrados vestígios de pedra e que permitiu obter uma data radiocarbónica de cerca de 19 000 BP (equivalente de 22 000-23 000 anos em data calibrada), obtida a partir de um fragmento de carvão recolhido no seu topo. Este dado indicia a conservação de depósitos e vestígios de ocupações mais antigos do sítio que não foram detectados em frente da rocha 1 e que podem ser contemporâneos do momento da sua gravação.

Nos diversos níveis da camada 4 do Fariseu, claramente posteriores à fase de gravação da rocha 1, foram identificadas placas de arte móvel cujo estilo encontra paralelos em motivos gravados nos painéis do Côa. É pos- ▶ 135



Desenho: Fernando Barbosa / COURT-PVC

Foto: Manuel Almeida / COURT-PVC

132 Dos Principais Ciclos Rupestres...

coberto por depósitos paleolíticos e com a presença de fragmentos do painel com impactos caídos nos níveis de base, o que seria melhor precisado na escavação do Inverno de 2007, o último momento em que foi possível intervir no sítio. De acordo com os dados destas escavações, de momento apenas se pode afirmar que a gravação do painel será contemporânea ou anterior aos momentos de deposição das camadas 7 e 8 e pode tomar-se, ainda que provisoriamente, a datação de 18 400 como a idade mínima para a história deste painel, cujas gravuras oferecem uma grande homogeneidade morfo-estilística.

As gravuras picotadas com traços profundos, aquelas que hoje melhor se podem ainda apreciar, são assim das mais antigas, sendo esta a técnica de execução preferencial do I período da Arte do Côa. No entanto, a presença de animais incisos de traço simples na base da estratigrafia figurativa, quer na rocha 1 do Fariseu, mas também na rocha 1 da Canada do Inferno (do mesmo período figurativo), demonstram que as incisões de traço simples estão presentes desde a Iª fase de gravação. E poderão até ser a base das gravações picotadas de traço profundo, enquanto esboço das gravuras que seriam depois picotadas e aprofundadas.

Os sítios característicos deste primeiro período localizam-se mais junto ao antigo leito do Côa e, preferencialmente, nas antigas praias onde o rio mais alargava: Canada do Inferno, Fariseu, Foz da Ribeira de Piscos e Penascosa / Quinta da Barca. Estas são, aliás, as quatro últimas praias / enseadas dos últimos quilómetros do Baixo Côa, infelizmente agora descaracterizado a partir da foz de Piscos para jusante, devido à subida das águas por efeito da barragem do

Figs. 12 e 13 – Arte Magdalenense do Côa.
A placa 1 da arte móvel do Fariseu, ricamente decorada.

Pocinho. As poucas gravuras e pinturas nos granitos da Faia também pertencem estilisticamente a este Iº período.

É a este período que pertencem todos os painéis com as gravuras picotadas ordenadas em sobreposições estruturadas em dispositivo ilusório, alguns procurando intencionalmente as partes mais elevadas dos painéis como o espaço operativo preferencial. Aqui se sobrepunham intencionalmente os motivos que iam sendo sucessivamente gravados (e pintados?), formando finalmente densos palimpsestos como os das citadas rochas 1 do Fariseu e 1 da Quinta da Barca, esta aparentemente num dos *axis-mundi* do santuário arcaico do Côa.

O segundo grande período da Arte do Côa paleolítico distribui-se pelo Magdalenense. E dele estão quase praticamente ausentes as picotagens, que são gradualmente abandonadas em detrimento das incisões simples e/ou múltiplas, que se constituem quase em exclusivo como a técnica dominante deste período. As placas de arte móvel do Fariseu, todas saídas das camadas tardi-glaciares e algumas bem referenciadas estratigraficamente, são um bom referencial sequencial e cronológico para este tipo de gravuras. Que se caracteriza pela desconstrução gradual da estilística naturalista e algo padronizada do período anterior. Agora os motivos são de menores dimensões, alguns quase minúsculos, os corpos dos animais são mais geométrica-

mente elaborados, pernas afiladas e sem patas, cabeças finas, acompanhando a gradual expansão do traçado múltiplo. E maior abundância de signos abstractos, muitos não figurativos.

A área de expansão deste período II desloca-se mais para a região da Foz do Côa e ribeiras adjacentes (Vale de Cabrões, Vale de José Esteves...). Mas há também excelentes exemplos de arte Magdalenense, quer na Penascosa (rocha 10), quer na Quinta da Barca (rocha 23) e muito em especial na zona terminal da Ribeira de Piscos, com as notáveis rochas 2 e 24 (especialmente muito perto uma da outra), onde se concentram a quase totalidade dos humanos / humanóides / seres compostos conhecidos no Côa.

Por outro lado, as gravuras incisas já não se constituem no mesmo tipo de acumulações estruturadas do período anterior, alterando-se mesmo os padrões de dispersão espacial. Agora aparecem menos concentradas nos mesmos painéis, são de menores dimensões e distribuem-se mais pelas grandes vertentes do vale, sendo mais comuns os painéis com menor número de gravuras. O espaço operativo dos painéis deixa de ser quase obsessivamente a sua parte mais elevada e gravam-se pequenos ou grandes painéis indiferentemente.

Todos estes factores contribuem para que se considerem os painéis decorados deste período como registos de uma arte menos “pública” do que os do período anterior.

Em resumo, o ordenamento ritualizado do espaço decorado privilegiando as zonas de praia no vale do Côa (primeiro período), demonstra que a monumentalização da paisagem e a sua aliança com a fauna de herbívoros e os cursos de água, está já adquirida desde o Gravettense ou Gravetto-Solutrense, prolongando-se a gravação, agora mais dispersa, até ao Magdalenense (período recente), com um acentuado deslocamento do “santuário” para a região da foz do Côa. Durante esse longo período de tempo pode considerar-se o vale do Côa como um vasto “santuário” de ar livre, percorrido e ordenado por sucessivas gerações de caçadores-artistas do Paleolítico superior.

4. Arte da Idade do Ferro

Não há soluções de continuidade nos ciclos rupestres do Côa. E o longo hiato entre o final da arte paleolítica e tardi-glaciária (arte azilense ou epipaleolítica) e a arte da Idade do Ferro, sendo o período artisticamente menos representado no Côa (ainda assim presente da Faia a Namorados, e de Vale de Figueira até ao Vale de Caniães), não permite que se considere consistentemente a persistência de um tão longo ciclo artístico na região. Há sim exemplos de vários períodos artísticos, mais ou menos bem caracterizados.

E o segundo ciclo artístico com maior densidade de gravuras é o da IIª Idade do Ferro (2ª metade / finais do Iº milénio a.C.).

sível, assim, encontrar um referencial local para a datação estilística desta fase e demonstrar a existência duma intensa produção artística sobre suportes líticos móveis e rochosos fixos, em contexto arqueológico contemporâneo da última fase fria do Pleistocénico superior (GARCIA DIEZ e AUBRY 2003; AUBRY 2006; AUBRY *et al.* 2007).

Todavia, o acervo do registo da arte rupestre do Vale do Côa ainda não se esgota em paralelos estilísticos com as figuras destas duas fases definidas com base nos dados estabelecidos no sítio do Fariseu. A continuação da investigação e o aumento dos efectivos das peças de arte móvel permitirá, provavelmente, caracterizar com maior precisão a variabilidade da produção artística contemporânea das fases gráficas só conhecidas através de raros indícios de arte móvel não figurativa encontrados em níveis de ocupação subjacentes à camada 4 do Fariseu e associados ao Gravettense final na Cardina (AUBRY e SAMPAIO, no prelo).

1.3. Interpretação da distribuição das rochas gravadas e relação com os depósitos quaternários

Os dados da abordagem geomorfológica que orientou os trabalhos arqueológicos e os dados cronológicos obtidos no sítio do Fariseu e na Penascosa foram integrados numa sequência cronológica onde se sucedem dois processos sedimentares. Dos primeiros resultam depósitos arenosos e silteosos transportados pelas cheias e depositados nas margens do Côa; dos segundos, de natureza coluvial, provenientes da destabilização dos afloramentos rochosos sob o efeito dos ciclos de gelo/degelo nos momentos mais frios do último período glacial, resultam fragmentos rochosos. Estas informações autorizam uma visão dinâmica do território e uma aproximação da evolução da topografia do fundo do vale do Côa. O fundo do vale, e mais especificamente as cotas mais baixas do início das vertentes, constituem lugares privilegiados de conservação dos depósitos sedimentares susceptíveis de proteger os afloramentos rochosos dos efeitos de alteração climática. Esta reconstituição permite avançar uma proposta da evolução da visibilidade do afloramento ao longo do tempo e propor uma explicação para os resultados obtidos pela datação directa de microfragmentos de carvões conservados na superfície das rochas gravadas (AUBRY e SAMPAIO, no prelo).

Esta abordagem "tafonomica", apesar de estar numa fase inicial pelo número reduzido de pontos de observação na área submergida pela albufeira do Pocinho, é primordial para tentar obter uma visão mais objectiva da distribuição original dos frágeis testemunhos da actividade gráfica do fim do Paleolítico superior, ao longo das vertentes (BAPTISTA e REIS 2008) e no limite da planície aluvial, onde estão preferencialmente concentradas as rochas ornamentadas conhecidas, da fase antiga da arte do Côa.

2. Perspectivas

2.1. Prospeção do planalto

A análise prévia das sequências estratigráficas de alguns dos sítios identificados em 1997 no planalto das Pedras Altas (AUBRY 1998), revelou condições únicas de preservação de vestígios arqueológicos. Ao contrário das dinâmicas sedimentares que caracterizam o fundo do vale, no planalto, os factores essencialmente de cariz geomorfológico, propiciaram sequências sedimentares pouco espessas mas onde a erosão natural não actuou de forma destrutiva. Apesar de, regra geral, se encontrarem mais ou menos dispersos nesta área restos líticos tipo/tecnologicamente integráveis no Paleolítico superior, tendo já sido levado a cabo o seu registo sistemático, não foi ainda posto em marcha um plano de sondagens fino e sistemático, que possa avaliar com rigor uma leitura de outros possíveis locais de ocupação. Quer com base nos registos feitos durante as prospeções desenvolvidas há cerca de 10 anos atrás, quer no mapeamento geomorfológico detalhado das situações onde, apesar de não se revelarem conjuntos artefactuais na superfície dos solos, as condições topo e hidrográficas possam ter permitido uma conservação semelhante à dos sítios já sondados (Olga Grande 2, 6 e 13) e escavados (Olga Grande 4 e 14), será importante prever tal projecto.

Para além de uma possível avaliação mais fina das sequências culturais da ocupação humana da região, tal projecto, de fácil execução, pode fornecer novos dados de forma a complementar o conhecimento já existente da interpretação funcional dos testemunhos e das estruturas de combustão que apresentam um estado de conservação único no contexto do Paleolítico superior ao ar livre no Sudoeste Europeu.

2.2. Continuação da escavação em extensão do sítio de Fariseu e Cardina I

O sítio do Fariseu apresenta-se como único em relação ao conjunto de sítios estudados no vale do Côa até à presente data. Tal singularidade advém do facto de permitir objectivar a cronologia da arte paleolítica do Côa e, em simultâneo, conhecer a fauna caçada, pescada e gravada nas margens do rio Côa durante o fim do Paleolítico superior.

Por ter revelado tamanho potencial arqueológico no que diz respeito a uma melhor caracterização, não só da idade das gravuras, mas também do conhecimento do tipo de actividades desenvolvidas no fundo do vale (quer artísticas, quer da exploração dos recursos fluviais), tem sido mantida alguma insistência no seu estudo. O problema que se coloca em relação à continuação dos estudos sobre este sítio reside no facto do mesmo se encontrar por baixo da cota média da albufeira da barragem do Pocinho, inviabilizando a sua intervenção sem o seu abaixamento. Não obstante, foi possível até

à presente data, graças ao apoio da EDP e do Instituto Português e de Transportes Marítimos, levar a cabo três campanhas de escavação no sítio (1999, 2005 e 2007), por períodos de cerca de um mês cada.

A descoberta, na área central, do sítio de depósitos de cronologia mais antiga que a sequência conservada frente a rocha 1, que contém vestígios de pedra lascada e a datação obtida de cerca de 19 000 BP autoriza, desde logo, a ideia que é possível, em intervenções futuras, escavar numa superfície maior o mesmo nível ou outro porventura mais antigo. Para além da atribuição de uma data mínima de 18 400 anos a uma parte das gravuras da rocha 1, poderá ser possível fazer recuar a sua antiguidade com base numa definição contextual das camadas conservadas na parte central a que já nos referimos, e que requer ser intervenção a seco. Tal facto possibilitaria estabelecer a relação estratigráfica e precisar a cronologia da fase antiga da arte do Côa.

Não sendo uma solução acessível pelo facto do nível do rio Côa estar sob influência do enchimento da barragem do Pocinho, tal poderá passar pela extracção temporária do volume de água artificialmente acumulada entre o paredão existente mais a jusante, junto à Canada do Inferno, e a foz da Ribeira de Piscos (cujos cálculos ascendem a cerca de dois milhões de metros cúbicos), ou à criação de condições de isolamento do sítio (a partir da implementação de uma barreira física) e extracção parcial da água.

A continuação das investigações no sítio de Cardina I, intervenção entre 1995 e 2001, requer um conjunto de condições logísticas igualmente especiais, mas de mais fácil implementação. Em primeiro lugar, face à localização do sítio, o investimento de tempo necessário para as deslocações; em segundo, a natureza compacta do solo que torna morosos os trabalhos de escavação; e, por último, a dificuldade no tratamento dos sedimentos daí resultantes. Face a estas dificuldades, a solução para uma intervenção eficaz teria que passar pela criação de condições para a permanência de uma equipa no local por um período de tempo alargado, bem como para limpeza e triagem dos sedimentos com recurso a aparelhos próprios. Todas estas condicionantes obrigariam igualmente à constituição de uma equipa multidisciplinar, de forma a rentabilizar as várias etapas que se colocam num sítio desta natureza.

2.3. Sondagens geológicas em sítios com um potencial de conservação dos depósitos aluviais. Datações radiométricas contemporâneas do Último Máximo Glacial e do Tardiglacial

Como já foi referido no ponto 1.3, o fundo do vale e mais precisamente o limite da planície aluvial e das vertentes rochosas, constitui um lugar privilegiado para a acumulação e a conservação de depósitos sedimentares. ► 137

A estação fundamental para a compreensão da arte deste período continua a ser a do Vale de Caniães ou Vale da Casa (BAPTISTA 1983), pois não foram até hoje aprofundados os estudos deste ciclo rupestre, tendo-se sempre dado prioridade à sistematização da arte paleolítica.

Centrado fundamentalmente no espaço envolvente à foz do Côa, aqui foram identificadas algumas centenas de rochas historiadas, com uma temática e uma estilística bem diferentes das dos períodos anteriores.

Com gravuras quase na sua totalidade incisas, o homem é aqui o actor dominante, surgindo quase sempre armado e montado em cavalos ou apeado, por vezes em combates singulares ritualizados. Cavalos, cães, veados, algumas aves e animais mitológicos constituem o bestiário da arte da Idade do Ferro. São figurados num estilo animado, por vezes quase caricatural, oscilando entre um pós-esquematismo e um pós-naturalismo decadentes e um jogo de formas padronizadas e impressivas: cavalos com grandes cabeças e corpos a espaços semi-estilizados, veados geometricamente lineares com longos cornos em V, cães longilíneos que por vezes dificilmente se distinguem dos cavalos... muito longe portanto de uma mais elaborada estética paleolítica e da simbólica padronizada da arte esquemática.

A panóplia de armas figuradas – lanças e dardos, espadas, falcatas e facas afalcatadas e escudos, mas onde é notória a ausência de arcos e flechas –, sendo um bom indicador cronológico, demonstra que os criadores destas formas artísticas se organizavam em sociedades guerreiras dominadas por fortes hierarquias, muito próximas das sociedades heróicas (quanto bárbaras) descritas por Estrabão (que morre em 20 ou 25 d.C.), nos alvares da conquista romana. Na fronteira da Lusitânia, não conhecemos o nome deste povo artista e guerreiro que estanciou na região nos últimos séculos da Idade do Ferro.

O estudo minucioso que realizámos da rocha 10 do Vale de Caniães (infelizmente hoje submersa, mas da qual existe um molde em látex que fizemos em 1982), demonstrou que as últimas (e das maiores) armas aqui figuradas, as três grandes falcatas, se sobrepõem aos restantes motivos do painel, pertencendo à última fase de gravação. Consideradas uma arma típica dos guerreiros ibéricos, com uma maior difusão a partir do século III a.C., foram elas uma das bases para a nossa atribuição deste tipo de gravuras à IIª Idade do Ferro, facto que até hoje se tem confirmado. É também esta rocha o melhor painel para o estudo da particular técnica de elaboração dos clássicos cavalos deste período, começados a gravar pelos quartos traseiros, figurados em forma de ferradura, arrancando daí o resto da figura. Isto faz com que as zonas posteriores dos cavalos acabem por ser quase sem-

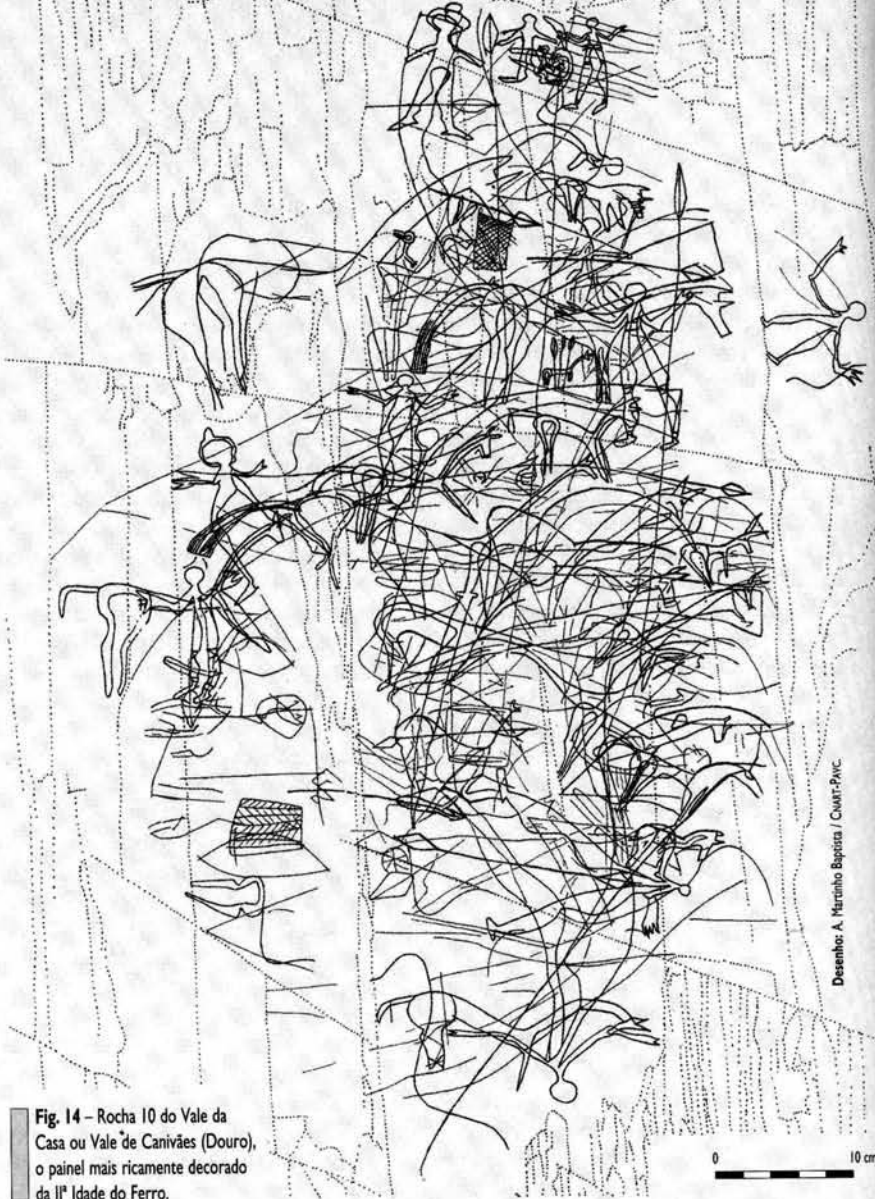


Fig. 14 – Rocha 10 do Vale da Casa ou Vale de Caniães (Douro), o painel mais ricamente decorado da IIª Idade do Ferro.

pre representadas em perspectiva distorcida frontal ou semifrontal, por oposição ao perfilado do resto do corpo.

Numa das rochas junto à embocadura do Vale do Forno, uma pequena figura de guerreiro apeado segurando numa mão uma lança na vertical e com a outra erguendo um escudo redondo, com uma pequena faca afalcatada no cinturão, é uma das gravuras emblemáticas deste período, que podia ser bem legendada pelas palavras do Livro III (Geografia da Ibéria) dos *Estudos Geográficos...* de Estrabão: “[Os Lusitanos] usam um pequeno escudo de dois pés de diâmetro, côncavo para diante, suspenso com tala-bartes de couro: com efeito, não possuem, nem braçadeira nem asa. Além disso usam ainda punhal ou gládio. A maior parte usa couraças de linho; poucos, cotas de malha e um capacete de triplice cimeira, ao passo que os demais têm elmos de nervos. Os peões usam também polainas de couro, e cada um traz diversos dardos; e alguns, lanças com ponta de cobre...” (in CARDOSO 1994: 69).

Dois outros temas ilustram também razoavelmente a arte da Idade do Ferro junto à foz do Côa: as rochas 1 e 3 da Vermelha. Na rocha 1, um guerreiro montado (com interessantíssimos atributos estilizados; de notar também os típicos quartos traseiros do cavalo, conforme descrito

atrás), armado com um dardo curto e sem escudo, cintado, sobrepõe-se a uma cabra Magdalense, incisa em traço múltiplo. Aliás, em toda a região da foz do Côa, a arte da Idade do Ferro convive bem com as gravuras do Iº período da arte paleolítica. E na rocha 3 da Vermelha, talvez a mais conhecida e notável cena da Idade do Ferro, uma luta ritual entre dois guerreiros figurados em perspectiva. Ambos lutam com dardos curtos (já ambos lançaram entretanto um dardo) e defendem-se com os clássicos escudos redondos, idênticos aos descritos por Estrabão. Um deles, a figura central e talvez a personagem mais importante, está ligado por uma corda (ou tira de couro?) que lhe sai das faixas largas do cinturão, a um cavalo, aqui certamente figurado como símbolo de poder do seu possuidor. Os longos falos hiperdesenvolvidos, um dos quais tatuado (no personagem central), mais do que acentuar a virilidade, vinculam também eles a função de poder patente nos guerreiros. Estes têm a parte superior da cabeça rapada (mais do que cintada), deixando cair longos cabelos por sobre as costas. Afirmo Estrabão (*ob. cit.*), que atribui esta característica mais às mulheres dos Lusitanos, que os guerreiros “usam o cabelo comprido à maneira das mulheres; porém, em combate, cingem a frente com uma banda” (in CARDOSO 1994: 70). É o que se po-

Ao contrário da relativa facilidade na exequibilidade de um projecto de sondagens no planalto granítico, tal colocará outros desafios a cotas mais baixas nas margens do rio Côa, sobretudo nos locais afectados pelo referido enchimento de água. No entanto, as margens compreendidas entre o limite de acumulação artificial de água (Foz da Ribeira de Piscos) e a Penascosa, mais para montante, revelam condições potenciais de preservação arqueológica. A existência de depósitos arenosos na Quinta da Ervamoira e o conjunto artefactual identificado em 1996 no sítio do Colmeal, justificam por si só tal possibilidade. O processo de erosão das águas do Côa não parece ter actuado nas cotas mais altas destes depósitos aluviais, tendo possivelmente permitido uma conservação parcial mas satisfatória de registos sedimentares e arqueológicos.

Apesar de já ter sido possível estabelecer um quadro interpretativo para a ocupação do troço final do rio Côa durante o Paleolítico superior (AUBRY e SAMPAIO 2008 e no prelo), o mapeamento e estudo de possíveis sequências estratigráficas com ecofactos conservados nas suas margens, à semelhança do sítio de Fariseu, possibilitaria uma melhor caracterização das estratégias de ocupação e exploração deste território.

Bibliografia

- AUBRY 1998; 2001; 2002; 2006; no prelo.
 AUBRY e BAPTISTA 2000.
 AUBRY e MANGADO LLACH 2003a; 2003b.
 AUBRY e SAMPAIO 2003; 2008; no prelo.
 AUBRY et al. 2003; 2006; 2004; 2002.
 BAPTISTA e REIS 2008.
 BEDNARICK 1995.
 FABIÁN GARCIA 1986.
 GARCÍA DIEZ e AUBRY 2003.
 JORGE et al. 1981.
 MERCIER et al. 2006; 2001.
 VALLADAS et al. 2001.
 ZILHÃO 1995; 2003; 1997.
 ZILHÃO et al. 1995.

[ver referências desenvolvidas em Bibliografia final]



A Faia Brava: o Côa em ambiente granítico.

Foto: José Paulo Ruas

A Arte do Côa e o Ordenamento do Território

Luis Luís [PVC, lluis.pvc@igespar.pt]

Paradigmático a vários títulos, o processo de identificação e preservação da arte rupestre do Vale do Côa, aliado às suas características próprias, teve igualmente repercussões ao nível da forma como compreendemos o património arqueológico na sua relação com o planeamento e ordenamento do território.

Salva a arte do Côa de um risco imediato, a sua protecção legal foi obtida através da classificação de um conjunto de sítios de arte e ocupação como Monumento Nacional (Decreto n.º 32/97, de 2 de Julho), seguida pelo reconhecimento pela UNESCO.

O preâmbulo daquele diploma defendia que este património “deverá ser preservado na sua inserção natural”, o que seguia o discurso da comunidade arqueológica: “o monumento a preservar era o vale”¹. Para além de proteger os painéis, era igualmente necessário preservar o território que os enquadra e lhes confere sentido.

Criado em Agosto de 1995, o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PVC) existe apenas enquanto serviço dependente do Ministério da Cultura, sob a tutela de três institutos sucessivos, com a função de investigação, salvaguarda e gestão da fruição pública do património artístico do Baixo Côa.

A figura de Parque Arqueológico (PA), enquanto entidade gestora de um território, não existia ainda no ordenamento jurídico nacional. Iniciou-se então um processo em que uma realidade arqueológica andou à frente e influenciou a construção do edifício legal².

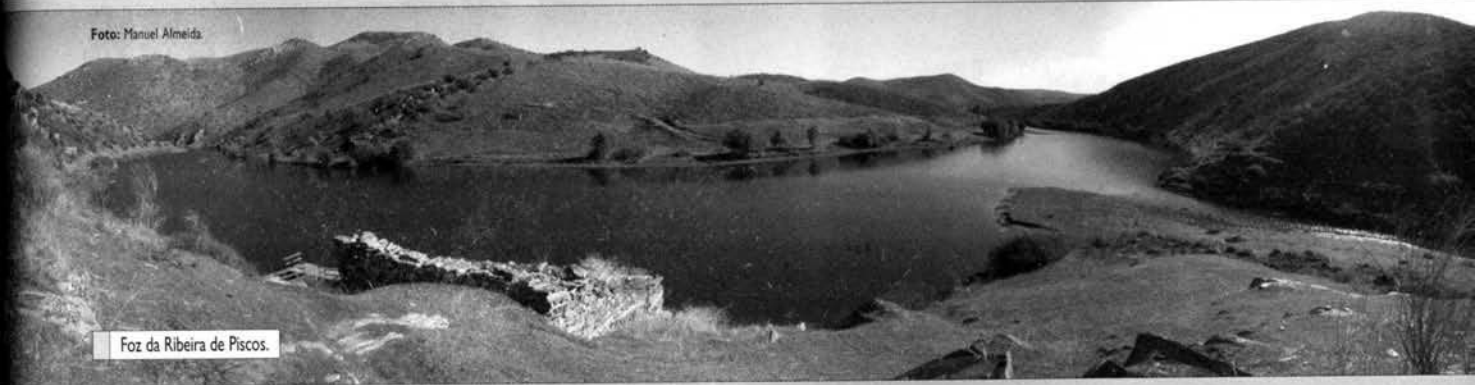
Num primeiro momento, suspenderam-se, pelo prazo de dois anos, os Planos Directores Municipais dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda, numa área de cerca de 200 km², em torno dos núcleos de arte (Decreto-Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro). Foi assim criado de facto o território do PVC, que ficava sujeito a um conjunto de medidas preventivas.

Apesar de prorrogado por seis meses (Decreto-Lei n.º 95/2001, de 23 de Março), o prazo desta suspensão cessou sem que a figura legal de PA tivesse sido criada. Só com a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, do Património cultural, se definiu a figura de PA como “qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios” (n.º 4 do art. 74.º).

¹ JORGE 1995: 665-670 (para desenvolvimento desta e de outras referências, ver Bibliografia final); ZILHÃO 1998.

² PAU-PRETO e LUÍS 2003; LUÍS 2008b: 57-58 e 62.

Foto: Manuel Almeida



Foz da Ribeira de Piscos.

Desenho: Fernando Barbosa / QUAT-PVC



Fig. 16 – Rocha I da Vermelha (pormenor). Guerreiro da IIª Idade do Ferro sobreposto a uma cabra magdalense incisa em traço múltiplo.

◀ 136

Dos Principais Ciclos Rupestres...

derá depreender desta cena? Ou terão antes a cabeça parcialmente rapada?

Um outro aspecto interessante nestas representações de guerreiros, mas também na maioria das personagens da Idade do Ferro, são os característicos rostos perfilados em forma de “bico de pássaro”. É um tipo de figuração bem conhecido nas decorações ibéricas, em especial nas cerâmicas pintadas (vaso de Liria, por ex.). Para além deste “estilo ibérico” (chamemos-lhe assim, já que algo também parece dever ao “estilo grego”), a face apontada pode também ter origem na figuração de uma particular forma de elmo. No entanto, cremos que a sua interpretação, como as traseiras dos cavalos, se desenvolve como um atributo de estilo que muito deverá à

chamada arte ibérica, mais típica da zona oriental da Península.

Quezada Sanz atribui a ausência de arcos entre as sociedades guerreiras do mundo ibérico ao seu tipo de sociedade heroicizada, o que parece também confirmar-se no Baixo Côa. O arco está de facto ausente entre as muitas dezenas de armas gravadas que já aqui são conhecidas (sente-se muito a falta de um contexto arqueológico!). O próprio guerreiro montado que caça um veado e cavalos (?), auxiliado por cães, na rocha 23 do Vale de Canivães, também não usa arco, mas sim dardo. O arco é considerado uma arma trai-

çoira numa sociedade que privilegia os combates singulares (rocha 3 da Vermelha), provavelmente até para a resolução de conflitos tribais e territoriais, sendo natural que também aqui o seu uso estivesse banido. O guerreiro do Baixo Côa, durante a segunda Idade do Ferro, quando em campanha apresentar-se-ia trajado sensivelmente como o que aparece descrito por Estrabão para os Lusitanos e com os seguintes adornos e armaria: uma lança comprida ou dardos curtos (que tanto podiam ser transportados a pé ou a cavalo), espada curta e/ou faca afalcatada, pequeno escudo redondo provavelmente de madeira com um umbo central em metal, cinturão largo bem apertado e provavelmente com largas tiras de metal, pernas nuas, saiote, sapatilhas de couro com prolongamento em atilhos ao redor da parte inferior das pernas. É natural que poucos possuíssem cavalos, animal reservado às elites guerreiras (como na Idade Média ocidental). Com a cabeça rapada ou os cabelos presos ao alto da cabeça e uma longa cabeleira pendente sobre as costas seria seguramente uma personagem terrífica, assim destinada a impressionar qualquer adversário. É o que nos sugerem os guerreiros da Vermelha.

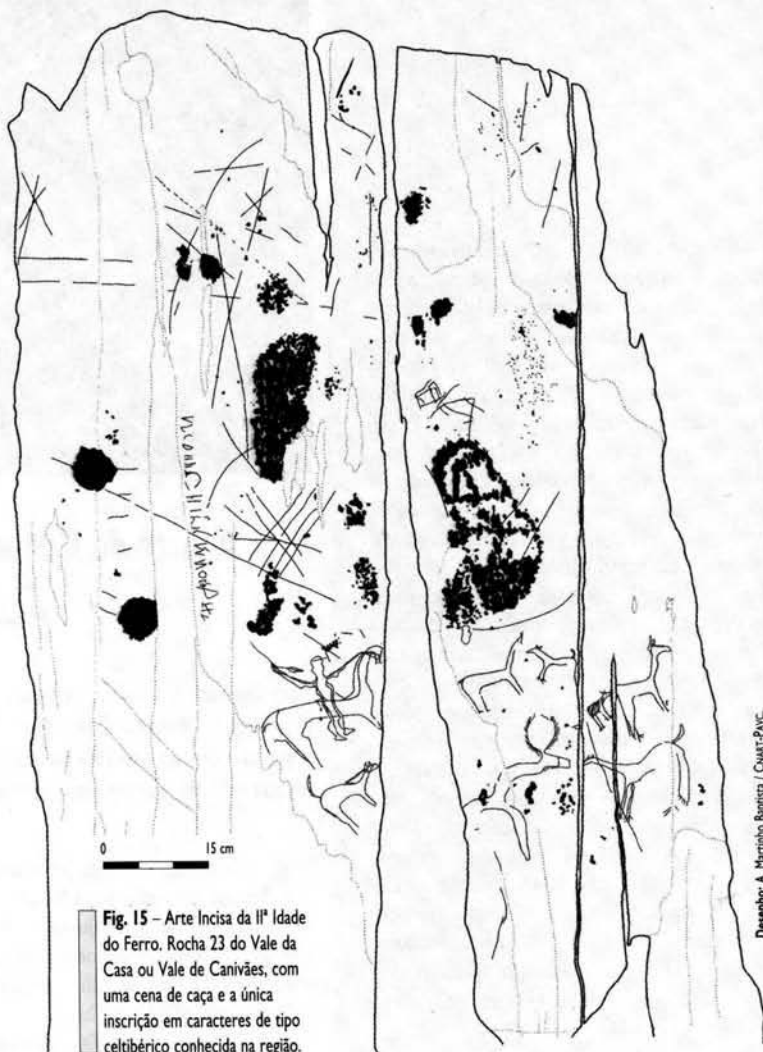


Fig. 15 – Arte Incisa da IIª Idade do Ferro. Rocha 23 do Vale da Casa ou Vale de Canivães, com uma cena de caça e a única inscrição em caracteres de tipo celtibérico conhecida na região.

Desenho: A. Martinho Baptista / QUAT-PVC



Fig. 17 – Arte da IIª Idade do Ferro. Cena de luta singular entre dois guerreiros da rocha 3 da Vermelha (Douro, junto à foz do Côa). Largura máxima do desenho: 43 cm.

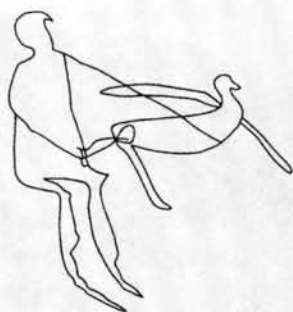


Fig. 18 – Cena de sexo na rocha 3 de Vale de Cabrões.
Altura máxima das figuras: 9 cm.

Todas estas reflexões levam-nos a considerar que a estratificação social destas sociedades poderia ser de tipo senhorial, o que é evidentemente de difícil confirmação.

Esperemos que num futuro próximo possamos aprofundar estas ideias a partir da análise arqueológica dos muitos painéis gravados deste período que já são conhecidos no Baixo Côa.

5. Gravuras rupestres de épocas recentes

As gravações de tempos históricos (séculos XVII-XX) encerram os ciclos rupestres do Côa. Também elas quase que só centradas entre a Canada do Inferno e a Foz do Côa (embora haja interessantes motivos, por exemplo, em Piscos), estas gravuras mais recentes devem-se fundamentalmente aos moleiros. Elas reflectem os seus horizontes ideológico-religiosos, gravando-se temas sagrados (cruzeiros, cruzes, custódias, inscrições ao Santíssimo Sacramento, uma interessantíssima gravura do culto do Menino Jesus da Cartolinha...), até datas, nomes, comboios, barcos... e até o castelo de Guimarães com cenas de luta entre o rei de Portugal, Afonso Henriques, e o rei de Castela, cenas gravadas seguramente na sequência do ano dos centenários (1940) e das influências nacionalistas dos tempos do Estado Novo. O senhor António Seixas, autor de algumas destas gravuras na Canada do Inferno, foi um dos últimos gravadores do Côa (antes da sua descoberta arqueológica) e seguramente um dos raros a quem se pode dar nome.

Alguna bibliografia fundamental

- AUBRY 2002.
AUBRY e SAMPAIO 2008.
AUBRY *et al.* 2006.
BAPTISTA 1983; 1999; 2000; 2003; 2008; 2009.
BAPTISTA e GARCIA DIEZ 2002.
BAPTISTA e REIS 2008; no prelo.
BAPTISTA *et al.* 2006; 2008.
CARDOSO 1994.
JORGE 1995.
LEMONS 1994.
SANTOS 2008.
ZILHÃO 1995; 1997.

[ver referências desenvolvidas em Bibliografia final]

O n.º 7 do art. 75.º definia ainda que “com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, [...] a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território”.

A forma de criação e gestão deste plano foram deixadas para definir em legislação de desenvolvimento, concretizada no Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio.

É curioso notar que o Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico (POPA) não foi entretanto adicionado aos outros tipos de Planos Especiais de Ordenamento do Território no decurso das reformulações do Decreto-Lei n.º 399/99, que continuam mais dedicados a valores naturais³, ficando o património arqueológico remetido para o art. 15.º, em cujos instrumentos de gestão não figura o POPA. Esta desatenção do legislador não invalidará o articulado na Lei n.º 107/2001, desenvolvido no Decreto-Lei n.º 131/2002.

No cumprimento deste, a Proposta de Criação do PAVC foi apresentada em Setembro de 2004. O inquérito público decorreu entre Fevereiro e Março de 2005, do qual foi redigido um

relatório, cujo parecer afirma estarem reunidas todas as condições legais para a criação do Parque. Este relatório foi homologado a 18 de Novembro de 2005 pela então Ministra da Cultura, e só a existência de outras prioridades políticas poderá explicar que, no final de 2008, não tenha ainda sido publicado o decreto regulamentar do PAVC. O POPA deverá ser publicado dois anos após a data desta publicação, existindo já estudos para o efeito.

Será um instrumento fundamental na gestão deste património mundial, numa região que sofre hoje uma forte pressão pela expansão da área cultivada de vinha. Enquanto tal não acontece, a estratégia do PAVC tem sido propor a classificação de novos núcleos de arte, que a prospeccção continua a evidenciar, e definir Zonas de Protecção Especial dos núcleos já classificados.

³ Os únicos PEOT referidos continuam a ser os planos de ordenamento de áreas protegidas, de albufeiras de águas públicas, da orla costeira e dos estuários (alínea c do n.º 2 do art. 2.º e n.º 3 do art. 42.º do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Julho, na versão que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro).

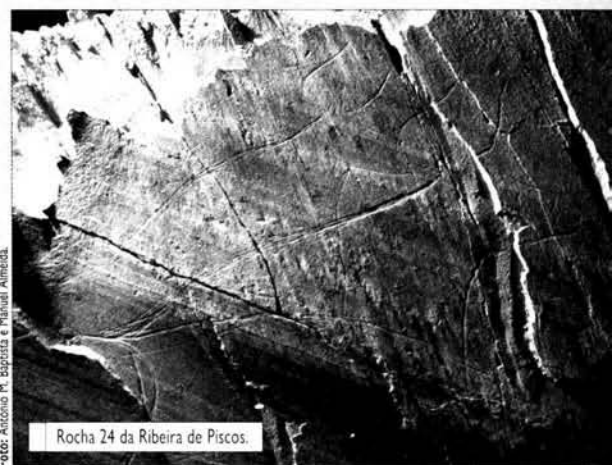
perspectivas futuras na Conservação da Arte do Côa

António Pedro Batarda Fernandes [PAVC]

A conservação de arte rupestre ao ar livre é uma disciplina pouco desenvolvida, existindo um número limitado de referências sobre o assunto. Assim, o Vale do Côa terá de se constituir como o laboratório “vivo” onde métodos de intervenção conservativa, bem como de monitorização da evolução das dinâmicas erosivas em acção, terão de ser investigados.

O Programa de Conservação do PAVC vem desenvolvendo há já oito anos um trabalho metódico com o objectivo de compreender todo o contexto natural de conservação da arte rupestre do Vale do Côa. Das acções que têm vindo a ser desencadeadas destacamos a experimentação prévia de intervenções de conservação em afloramentos não gravados (FERNANDES 2004 e 2008 – ver Bibliografia final).

Contudo, tendo em conta o grande número conhecido de afloramentos gravados e a escassez de recursos disponíveis, é fundamental a criação de um método adequado de avaliação sistemática do estado de conservação dos afloramentos, que possa estabelecer prioridades nas



Rocha 24 da Ribeira de Piscos.

futuras acções de conservação a implementar. Entre os factores que a analisar, podemos mencionar a inclinação e orientação das encostas onde os afloramentos se encontram, sua situação microclimática, colonização biológica ou os complexos processos erosivos em acção.

Por forma a executar este projecto, o signatário iniciou em Fevereiro de 2008 um curso de Doutoramento na Universidade de Bournemouth, sob a orientação do Professor Timothy Darvill e com apoio do Programa de Bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Visitas ao Parque Arqueológico do Vale do Côa

Aldina Regalo, Alexandrina Alonso e Martine Guindeira [P AVC]

A mostra da arte rupestre é feita sob a forma de visita guiada, sendo o visitante transportado em veículo todo-o-terreno do Parque Arqueológico, conduzido pelo guia do parque que acompanha e orienta todo o percurso. Efectuam-se visitas durante todo o ano e todos os dias da semana, com excepção da segunda-feira, e dos dias 1 de Janeiro (Dia de Ano Novo), 1 de Maio (Dia do Trabalhador) e 25 de Dezembro (Natal), quando os serviços do Parque se encontram encerrados ao público.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa organiza nove tipos de visita aos núcleos com arte rupestre abertos ao público:

- Visita individual ou de pequeno grupo (uma a oito pessoas);
- Visita de grupo (mais de oito pessoas);
- Visitas escolares (mais de oito estudantes);
- Visitas nocturnas (núcleo da Penascosa, para um mínimo de duas pessoas);

– Percurso “No Trilho dos Caçadores Paleolíticos” (quatro a 12 pessoas);

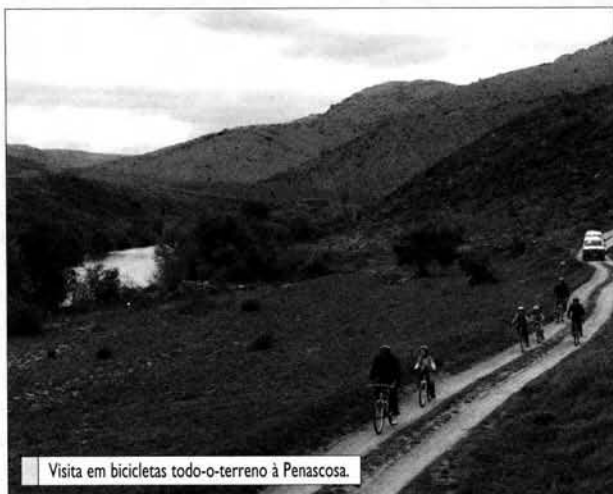
- Visitas Pedestres;
- Visitas de BTT (em bicicleta de montanha);

– Visitas de viaturas todo-o-terreno (Passeios TT, para um mínimo de dez pessoas);

– Visitas com grupos variáveis, destinados aos residentes na área do PAVC.

São quatro os núcleos com painéis de arte rupestre abertos ao público na área do PAVC:

- Canada do Inferno (freguesia de Vila Nova de Foz Côa);
- Penascosa (freguesia de Castelo Melhor);
- Ribeira de Piscos (freguesia de Muxagata);
- Fariseu (freguesia de Muxagata). Esta visita é sazonal e realiza-se na modalidade “Passeios TT”.



Visita em bicicletas todo-o-terreno à Penascosa.

Foto: PAVC

Marcação de visitas

Para o público em geral, é aconselhada a marcação antecipada de visitas, na sede do PAVC (terça-feira a domingo, das 9 às 12:30 horas e das 14 às 17:30 horas), pelo telefone 279 768 260, ou pelo e-mail: visitas.pavc@igespar.pt.

Oferta de visitas

Para além das visitas realizadas pelos guias do Parque, um conjunto de entidades privadas, que com o Parque celebraram protocolo, realizam essas mesmas visitas aos três principais núcleos de arte rupestre abertos ao público.

Diversificação das Visitas ao Parque Arqueológico do Vale do Côa

André Santos, António Jerónimo e Dalila Correia [P AVC]

Atualmente conhecem-se 47 sítios com arte rupestre no Parque Arqueológico do Vale do Côa, sendo que a maior parte dos painéis que os compõem terão sido gravados no Paleolítico superior. Dos sítios, apenas quatro – Canada do Inferno, Ribeira de Piscos, Penascosa e Fariseu – são visitáveis, este último só periodicamente e em visitas designadas todo-o-terreno. O visitante é integrado num grupo com um máximo de oito pessoas, sendo sempre acompanhado por um guia, podendo a visita ser diurna em todos os núcleos e também nocturna no caso da Penascosa. Ambas as modalidades estão sujeitas a marcação prévia.

As dificuldades logísticas, de acesso e de recursos humanos, assim como outros condicionamentos da ordem da conservação e da visibilidade das gravuras, dificultam a visitação de outros sítios. Contudo, a abertura condicionada de alguns núcleos é, nesta altura de viragem associada à abertura do Museu do Côa, um desafio. A inserção paisagística de alguns destes locais e a elevada qualidade das representações artísticas aí presentes são potencialidades que podem e devem ser exploradas num quadro de aumento e diversificação da oferta actualmente existente.

Face aos condicionamentos referidos atrás e, sobretudo, às características acidentadas das orografias e à morosidade da visitação, esta diversificação não pode passar pela periodicidade diária. Por outro lado, há que ter presente que esta oferta se destina a nichos de mercado mais específicos que os que até agora nos procuram.

Por limitações de espaço, referiremos quatro produtos de entre os vários que se encontram em preparação, alguns dos quais já se realizam, ainda que de forma não regular:

– Uma visita temática sobre a arte rupestre da Idade do Ferro: enquadrado por um especialista, o grupo de visitantes poderá deslocar-se aos sítios de Vermelhosa e Vale de José Esteves, onde apreciará alguns dos melhores exemplos do segundo grupo de gravuras mais representativos do Vale;

– Uma visita ao núcleo da Faia e à vizinha aldeia de Cidadelhe: aqui o visitante não só aprecia um dos troços do rio mais selvagens, como observa excelentes exemplos de pintura pré-his-



Ceia Paleolítica, Dezembro de 2007, Muxagata.

Foto: PAVC

tórica (nomeadamente paleolítica) e ainda tem a possibilidade de calçar as calçadas de uma das aldeias mais conservadas da região;

– Um terceiro exemplo prende-se com a possibilidade de aliar a arte rupestre a outros dois importantes valores regionais: o vinho e o azeite. Assim, o visitante pode, após ter visitado um núcleo de arte rupestre, participar numa prova de degustação de vinho e/ou azeite numa quinta da região;

– No programa “Verão no Côa”, tem-se dedicado um dia à aliança entre uma ceia paleolítica e uma visita a um núcleo de arte rupestre. Nesta actividade, que se poderá tornar mais regular, os comensais degustam carne e/ou peixe confeccionados em lareiras construídas à semelhança das exumadas nas escavações realizadas no Parque Arqueológico.

Actividades Educativas

Marta Mendes [P AVC]

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) recebe habitualmente um número significativo de alunos oriundos dos diversos níveis de ensino e de escolas de Norte a Sul do país. Trata-se, para o Parque, de um público de extraordinária importância e, por essa razão, têm vindo a desenvolver-se actividades educativas que lhe são essencialmente dirigidas.

Visitas aos Núcleos de Arte Rupestre

As visitas, sempre conduzidas por um guia, são feitas em pequenos grupos, pelo que os alunos têm algum tempo livre enquanto esperam a sua vez. É importante que a visita seja bem preparada para que este tempo seja aproveitado da melhor forma, seja pela realização de oficinas ou outras actividades, seja pela visita às aldeias em que se situam os Centros de Recepção.

As visitas ao Vale do Côa podem integrar-se nos conteúdos programáticos de outras disciplinas, não apenas na de História, na identificação de aspectos do Vale do Côa, num momento de aprendizagem interdisciplinar.

Actividades Educativas disponíveis em 2008-2009

1. Visita temática “Vamos Aprender com os Animais do Passado”

Visita alternativa à visita guiada normal, em que a identificação das espécies de animais gravados e a comparação com as espécies actuais é a meta essencial. À volta deste tema devemos salientar problemas tão importantes como a biodiversidade e a preservação das espécies. Os paralelos entre comportamentos, *habitat* e características físicas serão estabelecidos através de imagens e fotos.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: 2º e 3º ciclos.

2. Actividades lúdico-pedagógicas

2.1. Apresentações

“O Que é a Arqueologia?”

O trabalho do arqueólogo é muitas vezes semelhante ao do detective. Em forma de apresentação e de conversa, descobriremos mais sobre a Arqueologia, uma ciência fascinante.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: 1º, 2º e 3º ciclos.

“A Ocupação Humana no Vale do Côa”

No Parque Arqueológico não temos só arte rupestre, temos também vestígios da ocupação humana nesta região ao longo do tempo. Que vestígios são esses e como foi possível chegarmos até eles?

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: 3º ciclo e Ensino Secundário.

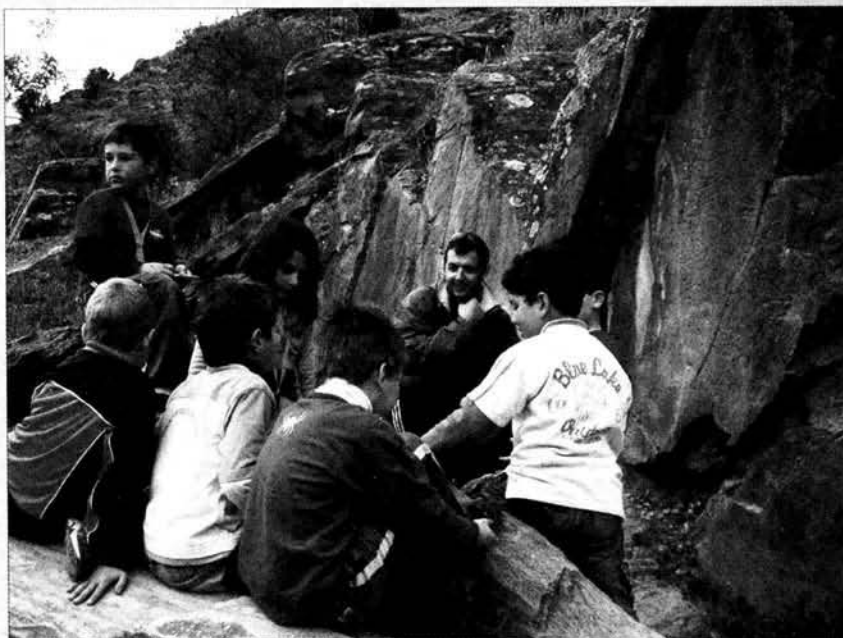


Foto: PAVC

2.2. Jogos

“Descobre a Pré-História”

Um dado, seis cores diferentes. Cada cor é um tema, cada tema contém cartões e questões sobre Arqueologia, Pré-História em geral e arte rupestre. Pode ser utilizado no Centro de Recepção, pelos grupos antes ou depois da visita. Combina a aprendizagem com momentos de entretenimento.

Público-alvo: crianças dos 8 aos 14 anos. Alunos inseridos em visita escolar (1º, 2º e 3º ciclos) e crianças em visita familiar.

“Dominó dos Animais”

Um dominó ilustrado com as gravuras do Vale do Côa. Para ser utilizado nos tempos de espera pela visita guiada.

Público-alvo: público geral.

3. Percurso pedestre

“Com Lupa, Papel e Caneta: vamos descobrir Castelo Melhor”

Um passeio pedestre orientado por um adulto, com o auxílio de uma ficha de orientação.

Conhecemos os vestígios do passado distante dos habitantes do período Paleolítico, juntamos-lhes memórias, objectos, casas, pequenos azulejos, varandas, deixados por habitantes de épocas mais próximas de nós e ainda presentes nas memórias e vida dos que habitam a pequena aldeia de Castelo Melhor.

Público-alvo: 2º e 3º ciclo; jovens dos 10 aos 14 anos inseridos em visita familiar.

Esta actividade pretende ocupar o tempo livre entre visitas.

4. Oficinas

“Oficina de Arqueologia Experimental”

Entre 10 500 e 26 000 anos a.C., o homem de Cro-Magnon, nosso antepassado directo, viveu ao longo do Vale do Rio Côa, e em alguns dos principais afluentes. Na oficina/demonstração, vamos desenvolver algumas modalidades de interpretação do quotidiano desses homens e mulheres: recriar a execução e utilização de armas de caça, produção de fogo, realização de gravuras em suportes móveis de xisto.

terpretação do quotidiano desses homens e mulheres: recriar a execução e utilização de armas de caça, produção de fogo, realização de gravuras em suportes móveis de xisto.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: alunos de todos os ciclos e público geral.

Oficina “Pequenos Arqueólogos”

Espera-se que este espaço alternativo seja de diálogo com a curiosidade das crianças e, simultaneamente, as introduza num método coerente, com uma técnica específica, para o qual são necessários materiais, orientação e registos. Nessa altura poder-se-á fazer a pergunta: porque vasculhar debaixo da terra? Porque sujar as mãos? O que é que dorme no segredo da terra?

Nesta actividade teremos um módulo de escavação arqueológica composto por uma caixa de madeira, com areia, onde decorrerá uma escavação fictícia. Far-se-ão quadrículas, utilizar-se-ão os instrumentos do arqueólogo. O que iremos descobrir? Um acampamento com restos materiais dos homens e mulheres que gravaram as cabrinhas.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: crianças dos 6 aos 10 anos.

Oficina “Uma História por Contar”

A oficina criativa “Uma História por Contar”, tem como objectivo a produção de um “li-

As oficinas são realizadas por Marta Mendes, Pedro Nuno Pinto, Delfina Bazaréu, Helena Garrido e Carla Magalhães. As actividades educativas contam com a participação de Ângela Junqueiro e Cristina Rebelo.

Para a preparação de actividades no âmbito de visitas marcadas ou qualquer outro tipo de actividades educativas relacionadas com o património do Vale do Côa, contactar: Marta Mendes ou Rosa Jardim, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Avenida Gago Coutinho 19-A, 5150-610 Vila Nova de Foz Côa; Tel.: 279 768 264; Fax: 279 768 270; E-mail: actividadeseducativas.pavc@igespar.pt.

Para apoio pedagógico, contactar: Marta Mendes, E-mail: mmendes.pavc@igespar.pt. Para realização de exposições, contactar: Rosa Jardim, E-mail: rjardim.pavc@igespar.pt.

vro" escrito e ilustrado pelas crianças, que reflecta a sua visão da Prê-História no Vale do Côa. Terá como base actividades antes desenvolvidas e contará com um tema introdutório.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: crianças dos 6 aos 10 anos.

Oficina "Era uma Vez no Vale do Côa"

Qualquer situação de aprendizagem deverá ser precedida por uma actividade de diagnóstico inicial que seja capaz de determinar os conhecimentos prévios, partindo deles e incorporando-as nas futuras aprendizagens.

O jogo é composto por um saco de pano, onde esconderemos as ideias sobre os temas que iremos abordar, que depois serão partilhadas por todos.

De seguida, e com recurso à projecção de uma ilustração, contar-se-á uma história. Viajaremos na máquina do tempo até à Prê-História, conheceremos os Homens que estão no nosso desenho, tal como os animais, o rio Côa e as gravuras. Entre todos descobriremos como se vivia no Vale do Côa no Paleolítico superior.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: pré-escolar.

"Oficina Experimental de Arte Rupestre" (disponível no 2º semestre de 2009)

A arte rupestre que cobre muitos painéis rochosos ao longo do rio Côa foi realizada em vários momentos da História humana: na Prê-História, na Proto-História e em períodos mais recentes. Foram utilizadas diversas técnicas e gravados distintos motivos.

Nesta oficina vamos conhecer e desenvolver estas diferentes técnicas, conhecer os motivos gravados e perceber as técnicas utilizadas pelos arqueólogos para desenharem e fotografarem a arte rupestre do Vale do Côa.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: 1º, 2º e 3º ciclos.

Oficina "O Arqueólogo no Laboratório"

O arqueólogo, para além do trabalho de campo no momento da prospecção arqueológica, da escavação, do desenho e levantamento da arte rupestre, tem um longo trabalho de gabinete no qual estuda as evidências que recolheu, o registo que trouxe do campo e assim produz conhecimento.

Nesta oficina são desenvolvidas técnicas de marcação e etiquetagem de materiais arqueol-

ógicos, de remontagem de peças, de estudo de materiais cerâmicos correspondentes a momentos em que as comunidades humanas se tornaram já sedentárias, agricultando a terra e pastoreando gado.

Sujeita a marcação prévia; público-alvo: 2º e 3º ciclos.

"Oficina de olaria" (em preparação)

Alguns centros oleiros importantes da região, de que destacamos o centro de Santa Comba, em Vila Nova de Foz Côa, funcionaram até época recente, usando barros da região e tecnologia tradicional. A criação de recipientes cerâmicos para contenção, transporte e consumo de líquidos e sólidos, foi uma realidade desde o período Neolítico. Nesta oficina desenvolvem-se técnicas de trabalho do barro, estimulando a criatividade e estabelecendo pontes entre produção de recipientes cerâmicos na Prê-História recente e as olarias tradicionais da região.

Sujeita a marcação prévia. Considerando que é necessário um espaço próprio para o seu funcionamento, a reserva deverá ser efectuada com alguma antecedência.

Público-alvo: 1º a 3º ciclos, público geral.

O Projecto "Côa na Escola" e a ocupação das férias escolares

Rosa Jardim [PVC]



Ocupação das férias escolares: desenhar a arte com Maria Lino (colaboração da Associação Luzlinar).

Foto: PAVC

No âmbito das actividades pedagógicas e didácticas, desde 2005 que o projecto "O Côa na Escola" dá a conhecer o território do PAVC a alunos do 3º Ciclo e Secundário da Escola Tenente-coronel Adão Carrapatoso, de Vila Nova de Foz Côa.

Através de diferentes actividades (saídas de campo, apresentações e oficinas), definidas com os professores dos vários grupos no início de cada ano lectivo, é promovida a descoberta do Património arqueológico e natural da área do Parque e, em colaboração com os professores, procura-se contemplar os conteúdos dos programas curriculares das disciplinas de História, Ciências Físicas e Naturais, Biologia e Geologia.

As acções incluem saídas de campo que proporcionam ao aluno a observação directa da fauna e flora, dos ecossistemas, da geologia e da paisagem, e a sua relação com os diferentes sítios arqueológicos. Na escola são dinamizados ateliês de "Arqueologia Experimental", de "Prê-História Antiga" e "Arte Rupestre". O conteúdo científico destas actividades é assegurado por especialistas das diferentes áreas: biól-



Foto: PAVC

O Côa na escola: a biodiversidade (colaboração Associação Transumância e Natureza).

ogos da Associação Transumância e Natureza e geólogos da empresa municipal Fozcoactiva participam com a sua experiência e os seus conhecimentos, assim como os técnicos do PAVC no domínio da Arqueologia.

O PAVC colabora também com diferentes instituições que organizam programas de ocupação das crianças durante o período de férias escolares. Estas actividades variam entre oficinas de Arqueologia, ateliês de olaria, jogo de xadrez e outras como BTT, canoagem, ou a actividade "Caça ao Tesouro na Penascosa".

Desta forma têm sido criados e fortalecidos os laços entre os jovens da comunidade local e o Património Arqueológico e Natural do PAVC.

Dinamização Cultural Junto da Comunidade

Jorge Davide Sampaio e Rosa Jardim [P AVC]

No âmbito dos objectivos do Parque Arqueológico do Vale do Côa (P AVC), e para além do obrigatório cumprimento das medidas de protecção, conservação e divulgação do património arqueológico, têm sido desenvolvidas nos últimos anos acções tendentes à promoção cultural na sua área de abrangência. Com a realização de tais acções, pretendeu-se acima de tudo efectivar uma ligação das populações e agentes culturais locais aos valores patrimoniais, no caso concreto o importante legado artístico paleolítico classificado como Património da Humanidade.

Neste sentido, tem sido hábito aproveitar duas efemérides: Agosto, data em que o P AVC foi criado, e a classificação da arte do Côa como Património da Humanidade, que ocorreu em Dezembro. Em ambas, por períodos que se estendem por uma ou duas semanas, têm sido levadas a cabo actividades não só relacionadas com a arte rupestre e a Arqueologia, como também a promoção de eventos musicais, entre outros associados aos produtos regionais, dos quais têm merecido destaque a vinha e o vinho. Aliás, no âmbito destas comemorações, tem-se procurado uma associação entre ambos os patrimónios da Humanidade que se fundem no Côa: a milenar Arte Rupestre e o Douro Vinhateiro, procurando-se também associar público visitante e comunidades residentes.

No sentido de proporcionar uma maior ligação das populações em todo o Vale do Côa e Distrito da Guarda, no qual o P AVC se insere, com a arte rupestre e o património arqueológico, foi concebida, em parceria com a Câmara Municipal da Guarda, uma exposição itinerante sobre a Arte e a Arqueologia do Vale do Côa ("A Arte que o Côa Guarda"). Inaugurada na capital de Distrito, passou já pelo Sabugal, Vila Nova de Foz Côa, Celorico da Beira e Tranco-

so. Esteve também patente ao público em Braga, no âmbito da inauguração do remodelado Museu D. Diogo de Sousa. Esta exposição serve de palco a oficinas e actividades educativas destinadas essencialmente a um público escolar, bem como a palestras para o público em geral. As câmaras municipais e as escolas marcam as oficinas e actividades que pretendem, tendo sido possível aos técnicos do Parque, em cada uma das localidades, realizar actividades com largas centenas de crianças.

Em parceria com entidades locais e regionais (câmaras municipais, juntas de freguesia e associações de defesa do património e do ambiente),

o P AVC tem também vindo a colaborar na criação de centros de interpretação e acolhimento, designadamente nas freguesias de Cidadelhe (Pinhel), Algodres (Figueira de Castelo Rodrigo) e Fóios (Sabugal).

Uma outra linha de actuação é a articulação com Siega Verde e a procura de uma maior ligação ao público do outro lado da raia. Neste contexto foi inaugurada recentemente uma exposição conjunta com a Junta de Castilla y León, subordinada ao tema da arte rupestre paleolítica ao ar livre, incluindo os sítios do Vale do Côa e de Siega Verde.



Oficina de Arqueologia experimental realizada na Guarda, no âmbito da Exposição "A Arte Que o Côa Guarda" (promovida pela Câmara Municipal da Guarda em colaboração com o P AVC).

Bibliografia geral

- AUBRY, T. (1998) – "Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1 (1): 5-26.
- AUBRY, T. (2001) – "L'Occupation de la Basse Vallée du Côa Pendant le Paléolithique Supérieur". *Trabalhos de Arqueologia*. 17: 253-273 (Actas do Colóquio "Les Premiers Hommes Modernes de la Péninsule Ibérique", V. N. Foz Côa, 22-24 Out. 1998).
- AUBRY, T. (2002) – "Le Contexte Archéologique de l'Art Paléolithique à l'Air Libre de la Vallée du Côa". In SACCHI, D. (ed.). *L'Art Paléolithique à l'Air libre. Le paysage modifié par l'image*. Carcassonne: Groupe Audois d'Études Préhistoriques, pp. 25-38 (Actes du Colloque, Tautavel-Campôme, 7-9 octobre 1999).
- AUBRY, T. (2006) – "Vallée du Côa: un art préhistorique unique". *Archéologia*. 436: 62-71.
- AUBRY, T., coord. (no prelo) – *200 Séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas paleolíticos*.
- AUBRY, T. e BAPTISTA, A. M. (2000) – "Une Datation Objective de l'Art du Côa". *La Recherche*. Hors Série. 4 (nov. 2000): 54-55.
- AUBRY, T. e MANGADO LLACH, J. (2003b) – "Modalidades de Aproveitamento em Matérias-Primas Líticas nos Sítios do Paleolítico Superior do Vale do Côa: dos dados à interpretação". In MATEUS, J. E. e MORENO-GARCIA, M. (eds.). "Paleoecologia Humana e Arqueociências: um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura". *Trabalhos de Arqueologia*. 29: 340-342.
- AUBRY, T. e MANGADO LLACH, X. (2003a) – "Interprétation de l'Approvisionnement en Matières Premières Siliceuses sur les Sites du Paléolithique Supérieur de la Vallée du Côa (Portugal)". *Préhistoire du Sud-Ouest. Supplément*. 5: 27-40 (Actes de la Table Ronde d'Aurillac "Les Matières Premières Lithiques en Préhistoire", 20-23 Jun. 2002).
- AUBRY, T. e SAMPAIO, J. D. (2003) – "Remontagem de Rochas Termo-Alteradas: um meio de reconstrução dos modos de funcionamento de estruturas de combustão no sítio de Olga Grande 4 (Almendra, Vila Nova de Foz Côa)". In MATEUS, J. E. e MORENO-GARCIA, M. (eds.). "Paleoecologia Humana e Arqueociências: um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura". *Trabalhos de Arqueologia*. 29: 331-335.
- AUBRY, T. e SAMPAIO, J. D. (2008a) – "Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio". In SANTOS, A. T. e SAMPAIO, J. (eds.). *Pré-História: gestos intemporais*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp. 7-30 (III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: actas das sessões).
- AUBRY, T. e SAMPAIO, J. D. (2008b) – "Fariseu: new chronological evidence for open-air Palaeolithic art in the Côa valley (Portugal)". *Antiquity*. York. 82 (316). Disponível em <http://www.antiquity.ac.uk/ProjGall/aubry/index.html> (citado em 3 de Junho de 2008).

Foto: P AVC

Os Tempos do Vale do Côa

Luís Luís [PAVC]

O Vale do Côa pode-se compreender a dois tempos. No tempo longo, ele foi assistindo à construção, por mil gerações de homens e mulheres que o habitaram, de uma paisagem através da arte, ao sabor do lento correr das águas. A nossa geração assistiu, na enxurrada da curta duração, ao reconhecimento desta construção e à sua preservação *in extremis*. Ela espera agora ser digna deste património.

Nos dados da ocupação humana não se consideram as datações contextuais, estando apenas

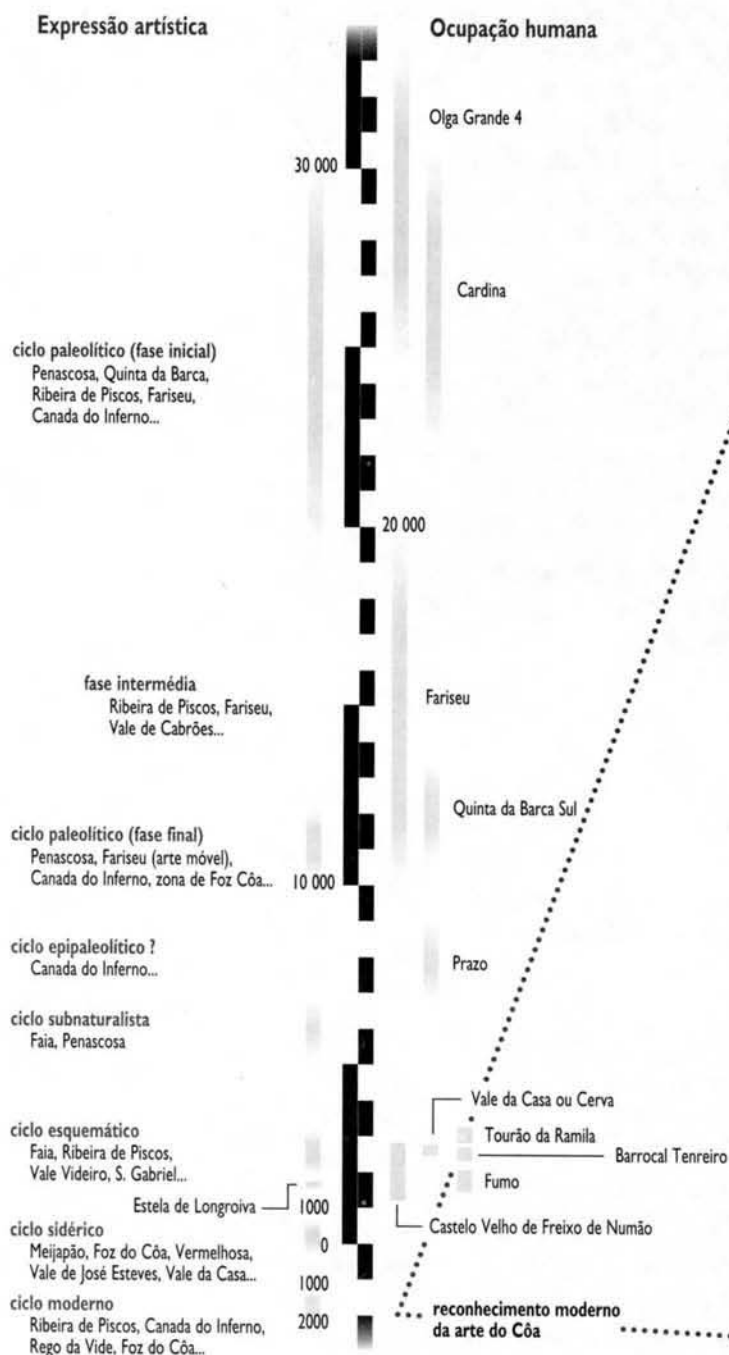
expressas as datações absolutas. Apresentamos o intervalo entre as datas máximas e mínimas. As datas TL (Termoluminescência) e OSL (*Optically Stimulated Luminescence*) são apresentadas sem qualquer correcção, enquanto que as radiocarbónicas surgem na sua versão calibrada.

Em termos de ciclos artísticos, apenas se tem em conta a datação estilística, conjugada com a arqueológica e absoluta no caso da arte móvel do Fariseu.

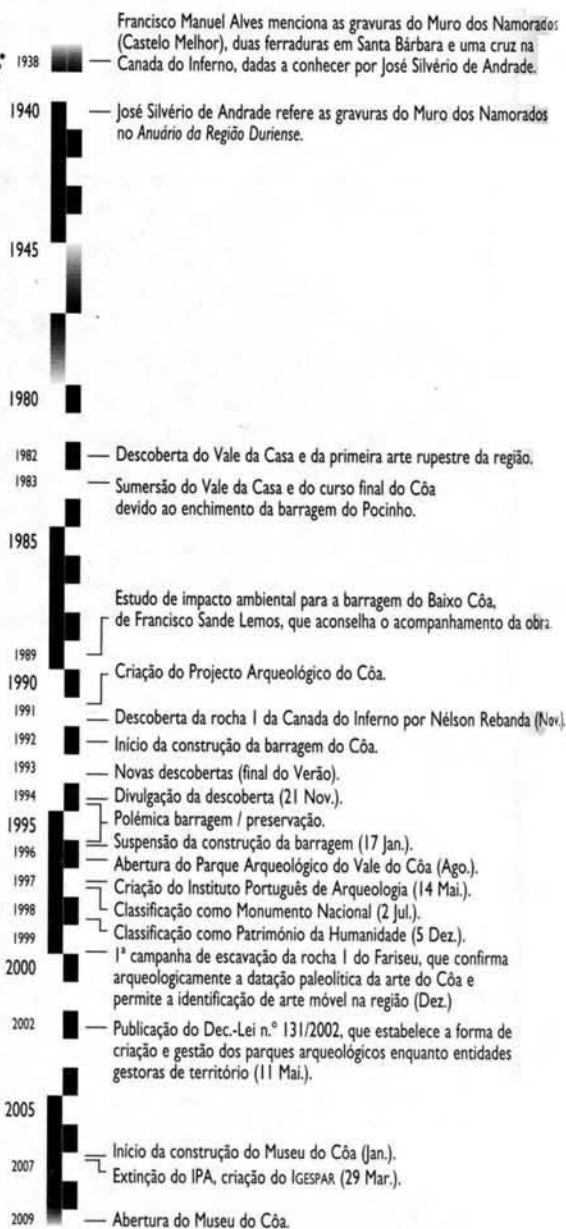
Serviram de base às cronologias os seguintes textos (ver Bibliografia final):

AUBRY e SAMPAIO 2008a; 2008b.
BAPTISTA e GOMES 1998.
BAPTISTA *et al.* 2006; 2008.
CARVALHO 2003; 2004.
CRUZ 1998.
GARCIA DIEZ e LUÍS 2002-03.
JORGE e RUBINOS 2002.
LUÍS 2005; 2008a; 2008b.
MERCIER *et al.* 2006; 2001.
MONTEIRO-RODRIGUES *et al.* 2008.

TEMPO LONGO



CURTA DURAÇÃO



- AUBRY, T. e SAMPAIO, J. D. (no prelo) – “Chronologie et Contexte Archéologique des Gravures Paléolithiques de Plein Air de la Vallée du Côa”. In *Actas do Curso de Arte Rupestre al Aire Libre. Investigación, protección, conservación y difusión* (Salamanca, 15-17 Jun. 2006).
- AUBRY, T.; CHAUVIERE, F. X.; MANGADO LLACH, X. e SAMPAIO, J. D. (2003) – “Constitution, Territoires d'Approvisionnement et Fonction des Sites du Paléolithique Supérieur de la Basse Vallée du Côa”. In VASIL'EV, S. A.; SOFFER, O. e KOZLOWSKI, J. (eds.). “Perceived Landscapes and Built Environments: The cultural geography of Late Paleolithic Eurasia”. *BAR* S1122, pp. 83-92 (Acts of the XIVth UISPP Congress, University of Liège, Belgium, 2-8 September 2001).
- Aubry, T.; Luís, L. e SAMPAIO, J. D. (2006) – “Primeira Datação Absoluta para a Arte Paleolítica ao Ar Livre. Os dados do Fariseu (Vila Nova de Foz Côa)”. *Al-Madan*. 1ª Série. 14: 48-52.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; FULLOLA, J. M.; ROSSEL, L. e SAMPAIO, J. D. (2004) – “The Raw Material Procurement at the Upper Palaeolithic Settlements of the Côa Valley (Portugal): new data concerning modes of resource exploitation in Iberia”. In “The Use of Living Space in Prehistory”. *BAR International Series*. 1224, pp. 37-50 (papers from a session at the EAA 6th Annual Meeting, Lisbon 10-17 Sep. 2000).
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; SELLAMI, F. e SAMPAIO, J. D. (2002) – “Open-air Rock-art. Territories and modes of exploitation during the Upper Paleolithic in the Côa Valley (Portugal)”. *Antiquity*. 76 (291): 62-76.
- BAPTISTA, A. M. (1983) – “O Complexo de Gravuras Rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)”. *Arqueologia*. Porto. 8: 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (1999) – *No Tempo Sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: PAVC.
- BAPTISTA, A. M. (2000) – “Procés de Foz Côa (Portugal). História i arqueologia”. *Cota Zero*. 16: 96-110.
- BAPTISTA, A. M. (2003) – “Fauna Plistocénica na Arte Rupestre do Vale do Côa”. *Tribuna da Natureza*. Porto. 4 (13): 14-20.
- BAPTISTA, A. M. (2008) – “Aspectos da Arte Magdalense e Tardi-Glacial no Vale do Côa”. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* (2007). Vila Nova de Foz Côa. Vol. 1, pp. 14-31.
- BAPTISTA, A. M. (2009) – *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal / Paradigm lost. Côa Valley and the open-air palaeolithic art in Portugal*. Porto: Edições Afrontamento / PAVC.
- BAPTISTA, A. M. e GARCÍA DIEZ, M. (2002) – “L'Art Paléolithique dans la Vallée du Côa (Portugal). La symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air”. In SACCHI, D. (ed.). *L'Art Paléolithique à l'Aire libre. Le paysage modifié par l'image*. Carcassonne: Groupe Audois d'Études Préhistoriques, pp. 187-205.
- BAPTISTA, A. M. e GOMES, M. V. (1998) – “Arte Rupestre”. In ZILHÃO, J. (ed.). *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 211-409.
- BAPTISTA, A. M. e REIS, M. (2008) – “Prospecção de Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela 1ª Idade do Ferro”. In SANTOS, A. T. e SAMPAIO, J. (eds.). *Pré-História: gestos intemporais*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp. 62-95.
- BAPTISTA, A. M. e REIS, M. (no prelo) – “Prospecção de Arte Rupestre no Vale do Côa e Alto Douro Portugueses: ponto da situação”. In BALBIN BEHRMANN, R. e BAPTISTA, A. M. (eds.). *Actas do Curso de Arte Rupestre al Aire Libre. Investigación, protección, conservación y difusión*. Salamanca.
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T. e CORREIA, D. (2006) – “Da Ambiguidade das Margens na Grande Arte de Ar Livre no Vale do Côa: reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca”. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 8: 156-184.
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T. e CORREIA, D. (2008) – “Estruturação Simbólica da Arte Gravetto-Solutrense em Torno do Monte do Fariseu (Vale do Côa)”. In SANTOS, A. T. e SAMPAIO, J. (eds.). *Pré-História: gestos intemporais*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp. 38-61.
- BEDNARICK, R. (1995) – “The Côa Petroglyphs: an obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock-art”. *Antiquity*. 69: 877-882.
- CARDOSO, José (1994) – *A Geografia da Ibéria Segundo Estrabão*. Edições APPACDM Distrital de Braga.
- CARVALHO, A. F. (2003) – “O Final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (Trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996-2000)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2): 229-273.
- CARVALHO, A. F. (2004) – “O Povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o Início da Idade do Bronze no Baixo Côa (Trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1): 185-219.
- CRUZ, D. J. da (1998) – “Expressões Funerárias e Culturais no Norte da Beira Alta”. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8: 149-166 (Actas do Colóquio “A Pré-História na Beira Interior”, Tondela, Nov. 1997).
- FABIÁN GARCIA, J. F. (1986) – “La Industria Lítica del Yacimiento de la Dehesa en El Tejado de Béjar (Salamanca). Una industria de tipología magdalense en la Meseta”. *Numentia*. 2: 101-143.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2004) – “O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa: filosofia, objectivos e acções concretas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (1): 5-37.
- FERNANDES, António Pedro Batarda, ed. (2008) – *A Arte da Conservação: técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 2 (3º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: actas).
- GARCÍA DIEZ, M. e AUBRY, T. (2003) – “Grafismo Mueble en el Valle de Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu”. *Zephyrus*. 55: 157-182.
- GARCÍA DIEZ, M. e LUÍS, L. (2002-03) – “José Alcino Tomé e o Último Ciclo Artístico Rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia”. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 10-11: 199-223.
- JORGE, S. O. e RUBINOS, A. (2002) – “Absolute Chronology of Castelo Velho de Freixo Numão (Northem Portugal): data and problems”. *Journal of Iberian Archaeology*. Lisboa. 4: 83-105.
- JORGE, S. O.; JORGE, V. O.; ALMEIDA, C. A. F. de; SANCHES, M. J. e SOEIRO, M. T. (1981) – “Gravuras Rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta)”. *Arqueologia*. Porto. 3: 3-12.
- JORGE, V. O., coord. (1995) – “Dossier Côa”. *Separata especial de Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (4). Porto: SPAE.
- LEMOES, F. S. (1994) – “Dossier Côa. I: o relatório de impacto patrimonial (1989)”. *Forum*. Braga. 15-16: 141-156.
- LUÍS, L. (2005) – “Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa: balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa”. *Côavisão*. V. N. Foz Côa. 7: 31-60 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior).
- LUÍS, L. (2008a) – *A Arte e os Artistas do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: PAVC / Ass. Mun. Vale do Côa.
- LUÍS, L. (2008b) – “A Construção da Carta Arqueológica do PAVC: a sua importância para a investigação e gestão do património do Vale do Côa”. In LUÍS, L. e PINTO, M. (eds.). *Investigar e Valorizar o Património*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 2, pp. 52-63 (Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: actas das sessões).
- MERCIER, N.; VALLADAS, H.; AUBRY, T.; ZILHÃO, J.; JORONS, J.-L.; REYSS, J.-L. e SELLAMI, F. (2006) – “Fariseu: first confirmed open-air Palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal)”. *Antiquity*. York. 80 (310). Disponível em <http://antiquity.ac.uk/ProjGall/mercier/index.html> (citado em 25 de Setembro de 2006).
- MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FROGE, L.; JORON, J.-L.; REYSS, J.-L. e AUBRY, T. (2001) – “Application de la Méthode de la Thermoluminescence à la Datation des Occupations Paléolithiques de la Vallée du Côa”. *Trabalhos de Arqueologia*. 17: 275-280 (Actas do Colóquio “Les Premiers Hommes Modernes de la Péninsule Ibérique”, V. N. Foz Côa, 22-24 Out. 1998).
- MONTEIRO-RODRIGUES, S.; FIGUEIRAL, I. e LÓPEZ SÁEZ, J. A. (2008) – “Indicadores Paleoambientais e Estratégias de Subsistência no Sítio Pré-Histórico do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Norte de Portugal)”. In SANTOS, A. T. e SAMPAIO, J. (eds.). *Pré-História: gestos intemporais*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp. 96-119.
- PAU-PRETO, F. e LUÍS, L. (2003) – “Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico: uma nova figura de planeamento”. *Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro. 1: 73-79.
- SANTOS, A. T. (2008) – “O Vale do Côa: o Homem que o criou e o outro que ainda o vive”. In *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*. Vol. 3, pp. 6-11.
- VALLADAS, H.; MERCIER, N.; FROGET, L.; JORONS, J.-L.; REYSS, J.-L. e AUBRY, T. (2001) – “TL Dating of Upper Palaeolithic Sites in the Côa Valley (Portugal)”. *Quaternary Science Reviews*. 20 (5-9): 939-943.
- ZILHÃO, J. (1995) – “The Age of the Côa Valley (Portugal) Rock Art: validation of archaeological dating to the Palaeolithic and refutation of ‘scientific’ dating to historic or proto-historic times”. *Antiquity*. 69 (266): 883-901.
- ZILHÃO, J. (1998) – “The Rock Art of the Côa Valley, Portugal: Significance, Conservation and Management”. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. 2 (4): 193-206.
- ZILHÃO, J. (2003) – “Vers une Chronologie Plus Fine du Cycle Ancien de l'Art Paléolithique de la Côa: quelques hypothèses de travail”. In BALBIN, R. e BUENA RAMÍREZ, P. (eds.). *El Arte Prehistórico Desde los Inicios del Siglo XX: primer symposium internacional de arte prehistórico de Ribadesella*. Ribadesella: Asociación Cultural Amigos de Ribadesella, pp. 75-90.
- ZILHÃO, J., coord. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório científico ao Governo da República Portuguesa elaborado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. Faustino de; ZAMBUJO, G. e ALMEIDA, F. (1995) – “O Sítio Arqueológico Paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (4): 471-485 (Actas do Iº Congresso de Arqueologia Peninsular).